

---

## 101ª SESSÃO ORDINÁRIA – 03NOV2014

(Texto com revisão final.)

**O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia):** Registro a presença do Deputado Federal Heitor Schuch.

O Ver. Nereu D'Avila solicita Licença para Tratamento de Saúde no período de 3 a 17 de novembro de 2014. A Mesa declara empossado o Suplente, Ver. Mario Fraga, que integrará a Comissão de Constituição e Justiça.

**O Sr. João Bosco Vaz (Requerimento):** Sr. Presidente, solicito a alteração da ordem dos trabalhos, para que possamos, logo após a Tribuna Popular, entrar no período de Comunicações. É uma proposta do Ver. Nereu D'Avila, que se encontra doente e não está aqui, e este Vereador irá assumir a homenagem. Após retornamos à ordem normal.

**O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia):** Em votação o Requerimento de autoria do Ver. João Bosco Vaz. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Quero convidar à Mesa o Capitão de Mar e Guerra, Luciano Peres de Novais. Nesta Casa, há muitos anos, temos o assessor de relações institucionais do Exército e, a partir de hoje, fomos comunicados que a Marinha também terá um assessor de relações institucionais e designou o Capitão de Mar e Guerra, Luciano Peres de Novais. Quero dizer da nossa alegria em recebê-lo, será um prazer conviver com o senhor aqui, no dia a dia. (Palmas.) Seja bem-vindo. O Capitão Luciano convida todos os Vereadores a participarem do Fórum Navegando Seguro, Marinha do Brasil e a Sociedade Amigos da Marinha, que será realizado no dia 7 de novembro, no Tribunal de Contas do Estado, durante todo o dia, das 9h às 17h. Caro Capitão, sinta-se empossado, neste momento, aqui nesta Casa, estamos à sua disposição, e quero dizer da alegria de tê-lo no nosso dia a dia. Obrigado pelo convite.

Passamos à

**TRIBUNA POPULAR**

A Tribuna Popular de hoje terá a presença da Fundação Moab Caldas de Umbanda e Africanismo, que tratará de assunto relativo à utilização do Largo Glênio Peres para a realização da 21ª Semana Umbandista e Africanista 2014. O Sr. Aureo Dutra Rodrigues, o Pai Aureo, Presidente, está com a palavra, pelo tempo regimental de 10 minutos.

**O SR. AUREO DUTRA RODRIGUES:** Meu fraternal abraço ao Presidente da Câmara e a toda a Mesa, aos nossos digníssimos Vereadores, representantes do nosso povo – porque eu acho que tem que ser representante do povo para estar na Câmara. A gente veio aqui por causa de uma demanda: a Lei nº 11.213, que foi votada. No ano passado, nós viemos aqui lutar contra isso, e novamente ela foi usada contra um trabalho cívico-religioso, tirando a cidadania das pessoas – agora não é mais discriminar por religião, é tirar a cidadania. No momento em que a pessoa não tem direito de se manifestar num largo público, e a manifestação é pública, isso é tirar a cidadania. Esse evento é realizado há 21 anos. Nós encaminhamos, no início de setembro, o pedido do uso do Largo, e a resposta, que veio no dia 24, dizia que não estávamos entre os permissionários legais, que não iríamos usar o Largo Glênio Peres. Disse-nos o Sr. Iran, da SMIC, e eu conversei com o Dr. Goulart também, que o nosso Prefeito de Porto Alegre botou o setor de próprios atrelado ao Gabinete do Prefeito e que eu deveria fazer um novo ofício. Fiz um novo ofício no dia 29 de setembro, e, até agora, o nosso Prefeito não deu resposta.

Sabem o que acontece? No ano passado, por causa de tudo isso, nós tivemos um prejuízo de R\$ 65 mil, e este ano nós estamos jogando um evento com convidados do Cone Sul, com pessoas vindas de vários lugares, até um príncipe da África, e vamos ter que cancelar o evento porque não podemos invadir o Largo Glênio Peres, a não ser que a gente faça como era antigamente: vamos para a invasão e vamos fazer as coisas na marra! Mas, como nós somos pessoas educadas, umbandistas e africanistas, não vamos partir para esse princípio. Então o meu questionamento é: por que a discriminação? Por que essa lei é atrelada à umbanda e ao africanismo? Será que nós temos que voltar de novo para os porões e carregar os grilhões nos nossos braços? Eu acho que não! Eu acho que o homem só é livre quando pode se manifestar! E estão cerceando o direito de se manifestar no Largo Glênio Peres.

---

As mães das meninas, que há oito anos fazem o concurso Rainha de Ébano, estão revoltadas com a Prefeitura de Porto Alegre. Os alabês de Porto Alegre, no 10º concurso, que não vai ser realizado, estão revoltados. As nossas 122 entidades, e são 28.500 pessoas, estão revoltadas! E eu estou falando em nome de todos eles! Se este lamento – que hoje é um lamento – não for ouvido, nós vamos fazer um levante da nossa religião dentro de Porto Alegre. E eu peço aos senhores, que são os que fazem a lei com consciência e com realidade, que usem desse direito que o povo lhes deu, de julgar, mas julgar não como está sendo feito! Porque agora é assim: aos amigos do rei, tudo; aos inimigos do rei, nada! E é o que está acontecendo para nós!

Está aqui uma série de relatos, de fatos e acontecimentos. Nós tivemos que paralisar um evento de cinco meses de construção! Cinco meses! Os senhores sabem o que envolve isso? Envolvem 122 entidades, Corpo de Bombeiros, GOE, Polícia Civil, GATE, EPTC, centros comunitários, diversas entidades que foram cerceadas no seu direito! Eu não viria aqui falar para os senhores isso se não fosse para exigir que a lei fosse cumprida! Cadê o direito? Nós, porque defendemos a matriz africana, não temos direito? Eu estive no Movimento Negro, e aqui estão os representantes do movimento, de ONGs que vieram para esse trabalho, eles estão revoltados! Por quê? Porque estão botando os ferros de novo dentro da cidade de Porto Alegre. E onde está a lei? E a gente vê muito Vereador identificado com o Movimento Negro! Quer dizer, tiram o direito. Já nos tiraram um seminário público que a gente fazia, aonde as entidades vinham manifestar a sua vontade no Poder Público! Tiraram do Glênio Peres! Tiraram o nosso concurso de beleza! Tiraram o concurso de corais! Tiraram o nosso direito de acender a pira! Nós não vamos poder ter este ano, depois de 21 anos, uma chama que é itinerante – já passou em 20 terreiros –, a pira acesa no Largo Glênio Peres! Quer dizer que a civilidade é só onde tem o Colégio Militar? É só ali que pode acender pira? A nossa não vale nada? A nossa está no nosso sangue, na nossa vontade, na nossa luta! Ninguém é bobo! Eu acho que o tempo de ser bobo, de ser palhaço, acabou. Acho que somos homens livres, devemos lutar por nossos direitos. E os senhores – desculpem-me dizer isto – foram eleitos por nós, não só por uma entidade; nós somos 122 e votamos nos senhores, e a gente vê Vereadores indo contra isso aí. Então, temos que pensar onde estamos.

O Mandela não morreu por nada. Estamos num regime de *apartheid* de novo, com a religião de matriz africana, com a umbanda, com os nossos agentes comunitários, com as

---

nossas crianças. Perguntem-se e parem para uma reflexão: o que fizeram pela religião de matriz africana e umbanda até hoje, independente de religião? O nosso Prefeito está usando a religião, sabem por quê? Ele nos proibiu de usar o Largo, mas, ontem, os evangélicos usaram 300 metros do Largo, quando a Lei nº 11.230 diz que só pode usar 100 metros. Então, é aquela coisa: onde está a lei?

Peço a cada um dos Vereadores que está aqui – muitos são meus amigos, foram homenageados no Largo Glênio Peres: está na hora de valer a homenagem, está na hora de ser um representante popular e lutar pela verdade e não pela mentira que enfiam goela abaixo! É muito fácil a pessoa enganar, é muito simples. A pessoa engana um, engana dois, engana três, mas não pode enganar todos. Agora chegou o momento do basta! Estão aí os meus irmãos, que dizem se estão de acordo ou não. Por que nós estamos aqui hoje? Estamos para lutar por direitos. E cada pessoa que está ali sentada representa três, quatro, cinco mil pessoas, porque são os representantes que vieram hoje. Nós poderíamos, se quiséssemos, lotar cinco, seis ônibus e encher o plenário para fazer tumulto, mas para que fazer isso? Tem quem fale por eles. Eu falo por 122 entidades, 28.500 pessoas, represento a Fundação Moab Caldas de Umbanda e Africanismo. Hoje ela não é pequena.

Nós sofremos um revés, e eu quero colocar esta denúncia: pedimos, no DEMHAB, uma área para colocar a Fundação. Em junho, estávamos na Restinga. Ganhamos, na época, do Prefeito Raul Pont – o Diretor do DEMHAB era o Pestana –, a área do lado do Fórum, de 50x50; levantamos, a muito custo, três pavilhões de 10x15, trabalhando lá. O que aconteceu? O Colégio Mário Quintana veio pedir para tirar. Os guris estavam tudo de aviãozinho dos traficantes. Vieram pedir ajuda. Eu disse que iria ajudar. Só que não é doutrinando a gurizada. A gente não doutrina barriga. Chamei os pais e as mães e disse a eles: “Se o seu filho frequentar a aula de segunda a sexta, no sábado nós lhes entregamos uma caixa de leite e uma cesta básica”. Sabem o que aconteceu? Cinquenta e um voltaram para a escola. Sabem o que aconteceu conosco? Os traficantes incendiaram os três pavilhões. Nós perdemos tudo. O nosso pessoal queria terminar, e eu disse: “Não, nós demos uma ilusão de verdade, demos uma coisa muito importante para as pessoas das comunidades de vila: demos para eles uma nova realidade”. Continuamos com o trabalho. Aí estou pedindo um terreno, pedindo um terreno, e ninguém dá nada! Só tem enrolação.

---

Para os senhores terem uma ideia, nós trabalhamos com as comunidades das vilas Divinéia, Pinto, Vargas, Cachorro Sentado, Morro da Cruz, Conceição, Pitinga, Vila do Banco, Rocinha, Invasão do Unidão, Renascença, Bonsucesso, Vila Areia e Vila dos Sargentos. São 892 moradores de rua, sete soropositivos e dez idosos. Eu acho que está na hora de alguém pensar em alguma coisa diferente para poder beneficiar com verdade, não com mentira, essas pessoas. Porque nós não aguentamos mais as mentiras. Nós não aguentamos mais as “vaselinações”. Nós não aguentamos mais o engano que está acontecendo. Então, eu peço aos senhores que pensem em Deus, acima de tudo, quando olharem para essa lei e tirem de lá de dentro um cemitério. Porque, no ano passado, quando foi arrombado, lá no Largo Glênio Peres, colocaram uns tapumes. Por quê? Porque apareceu o esqueleto daquilo que eu falo há 21 anos: quando o negro entrava na Júlio de Castilhos de barco, ficava no vetor quatro, por isso o Prefeito Fogaça criou aquele espaço para isso, e os outros eram palanqueados ali no Largo Glênio Peres. Morria e era enterrado. Encontraram os ossos. Quando eu falei, abafaram tudo. Não tem uma placa naquele Largo dizendo isso. Onde é que o cidadão negro...

Eu sou afrodescendente, bisneto de africano, tenho nome brasileiro e nome africano: meu nome é Áureojoby Ògúnbíyí, sacerdote de Ogum, orixá a mim concebido. Eu fui concebido para ser sacerdote Ogum. Então, estou defendendo aqui uma causa. Chega de escravidão! Eu vim aqui agradecer a todos pela oportunidade de poder vir aqui e me expressar. Não aguentamos mais. Neste ano – eu vou passar ao Presidente da Câmara depois – houve uma reunião extraordinária de todas as entidades... Os senhores vejam que o Prefeito não deixa usar o Largo. Nós estamos hoje em 3 de novembro, o evento começaria no dia 14, a montagem, e ele não deu resposta ao ofício que eu dei entrada no dia 30 de setembro. Até agora ele não deu resposta. Reuniram-se todas as entidades, nós cancelamos o evento neste ano. Nós não vamos fazer, porque não existe condição viável de se fazer alguma coisa. Ir lá para o Largo Glênio Peres só para fazer bobagem, não! Esse é um trabalho que leva quatro meses para fazer. Muito obrigado, meus senhores e minhas senhoras. Desculpem-me o incômodo. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

---

**O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia):** Convido o Pai Aureo a fazer parte da Mesa. O Ver. Pedro Ruas está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento, pela oposição.

**O SR. PEDRO RUAS:** Presidente; meu caro Ver. Villela; Pai Aureo, amigo de tantas jornadas, boa tarde. Agradeço inicialmente ao Ver. Engº Comassetto pela transposição de tempo. Falo pela oposição, pelo PSOL, PT, PCdoB. Eu lhe digo, Pai Aureo – falava agora com a Ver.<sup>a</sup> Fernanda Melchionna sobre este tema: o PSOL votou contra a Lei nº 11.213, é importante saber isso. Digo mais, o problema mais sério que o senhor, os integrantes da Fundação Moab Caldas – conheci pessoalmente o Moab, de quem tive a honra de ser amigo –, os africanistas e umbandistas em geral enfrentam não é tanto a Lei nº 11.213, que é ruim, muito ruim; pior que ela é a sua interpretação. A interpretação que a SMIC tem dado, Vereadores e Vereadoras, com relação à Lei nº 11.213, é discriminatória. (Palmas.) Realmente é um absurdo com o qual não podemos compactuar. Não podemos aceitar que qualquer culto, qualquer religião seja impedida de ser praticada. E isso são termos da Constituição Federal.

Finalizo, Presidente Professor Garcia, no sentido de que é obrigação desta Casa, sim, cumprir a Constituição Federal; e cumprir, neste caso, é lutar com todas as forças para que a 21ª Semana Africanista e Umbandista ocorra no Largo Glênio Peres, que é o local destinado e vocacionado para isso. Conte com nossa solidariedade, Pai Aureo. (Palmas.) (Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia):** A Ver.<sup>a</sup> Fernanda Melchionna está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

**A SRA. FERNANDA MELCHIONNA:** Presidente Garcia; Pai Aureo, da nossa querida Fundação Moab Caldas, quero cumprimentá-lo, e, ao fazê-lo, cumprimento todos os Pais e Mães de Santo que lhe acompanham e que fazem a Semana ser um dos grandes eventos da nossa Cidade. Nós estamos verdadeiramente chocados diante do tamanho do desrespeito da Prefeitura com uma Fundação com tanta história na nossa Cidade. Eu e o Ver. Pedro Ruas – agora falo em nome do PSOL – já resgatamos o nosso voto contra essa lei. Mais do que isso, nós vemos uma política discriminatória por um lado, porque,

---

---

num domingo, houve um evento da religião evangélica naquele espaço. Queremos que todas as religiões possam se expressar livremente no centro da nossa Capital, no Largo Glênio Peres. Seria a 21ª Semana Umbandista e Africanista na nossa Capital, num espaço que tem história do movimento negro, do movimento das religiões afro-brasileiras. Ao mesmo tempo, vemos que temos uma lei e duas medidas: para os amigos do rei pode em determinados casos, para algumas religiões pode e, para outras religiões, não pode. Isso é discriminação, é intolerância religiosa, e nós não podemos compactuar com essa política discriminatória, com o desrespeito do Executivo Municipal de sequer responder a um ofício da Fundação entregue há mais de um mês no Paço Municipal e, ao mesmo tempo, ter uma lei que permite a interpretação daqueles que estão na frente do Paço Municipal.

Então eu quero, em meu nome e em nome do Ver. Pedro Ruas, prestar a nossa solidariedade à luta do senhor, dizer que estaremos lado a lado em cada uma das mobilizações de denúncia e de defesa da liberdade de culto que a Fundação Moab Caldas fizer. Se as entidades quiserem, nós estamos dispostos a exigir, a requerer uma reunião com a Prefeitura para que seja realizada, neste ano ainda, a Semana. Mais do que isso, que a gente consiga revogar essa lei. Eu e o Ver. Pedro Ruas temos uma lei revogando a Lei nº 11.213, e nós precisamos do apoio, da mobilização e dos votos dos Vereadores e Vereadoras para acabar com essa política discriminatória de tolher o Largo Glênio Peres, que foi construído para as manifestações populares, culturais, religiosas, políticas da nossa Cidade, mas que tem sido, sistematicamente, desrespeitado por essa lei, pela interpretação e por políticas discriminatórias.

(Não revisado pela oradora.)

**O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia):** A Ver.<sup>a</sup> Jussara Cony está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

**A SRA. JUSSARA CONY:** Pai Aureo, em primeiro lugar, através do senhor, quero cumprimentar todos os Pais e Mães de Santos presentes hoje aqui, num momento alto desta Câmara Municipal. Em 1947, a Bancada do Partido Comunista do Brasil, através de Jorge Amado, garantiu, na Constituição Brasileira, a liberdade de culto. Veio a próxima

---

Constituição, em 1988, e a Bancada do PCdoB foi lá, numa articulação ampla, e garantiu de novo, na Constituição brasileira, a liberdade de culto no Brasil.

Essa lei tem um componente discriminatório que vai de encontro ao significado das raças que conformaram a Nação brasileira: a branca, a negra e a indígena, a qual eu pertenço. Eu falo em nome da Bancada do PCdoB, em meu nome e do João Derly. É uma lei que tem que ser revogada, e esta Câmara tem um papel importante nisso, porque a lei é anticonstitucional e não respeita toda cultura, inclusive a cultura sob ponto de vista das crenças que vêm dessas raças que nos conformaram. Então, é uma lei antinatural, é uma lei inclusive contra a natureza da dinâmica da sociedade brasileira e do que nós significamos para o mundo como um farol mesmo, onde se tem essa liberdade. Não pode haver liberdade só para uns, tem de haver para todos!

Então, Presidente, eu acho que, nesta Casa, nós temos que ter dois momentos, e um, imediatamente. Nós temos que, através da Mesa Diretora – V. Exa. sempre foi um democrata, dirige-nos muito bem –, juntamente com V. Exa., capitanear isso, para que a 21ª Semana Umbandista e Africanista ocorra no Largo Glênio Peres, porque é inadmissível retroceder num processo que foi uma conquista popular. Aliás, leva um nome de um grande democrata, de um homem que foi cassado pela ditadura militar, que era o Ver. Glênio Peres. Então, eu creio que este seja um primeiro momento. Outro momento é que nós temos uma articulação aqui em torno da revogação dessa lei, porque nós estamos, na realidade, garantindo a liberdade de culto no Brasil e a liberdade de ocupação de espaços. Essas são conquistas não desta ou daquela Prefeitura, não de quem está no Governo, mas de todos nós e, inclusive, daqueles que professam as religiões de culto africano, a umbanda. É inadmissível isso.

Finalizo com o que o Ver. Pedro Ruas falou sobre a interpretação da lei. Eu acho que ela tem que ser revogada como um todo, porque está sendo, inclusive, muito mal interpretada: para uns, pode; para outros, não. É a discriminação em relação às religiões de culto afro, a umbanda, que significam – e o senhor sabe por que eu digo isso – toda essa cultura que se une em torno de uma crença maior. Então, essa é a posição da bancada do PCdoB.

E eu quero retomar com o senhor, digo aqui de público, algo que já conversamos, qual seja, sobre aquele espaço lá no Botânico; deixamos de fazer por alguns problemas, mas

---

temos que retomar, porque é assim que nós ocupamos espaços de liberdades democráticas e não podemos retroceder um milímetro! (Palmas.)

(Não revisado pela oradora.)

**O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia):** O Ver. Engº Comassetto está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

**O SR. ENGº COMASSETTO:** Sr. Presidente, quero cumprimentar o Pai Aureo, assim como cumprimento todos os membros que aqui estão da sua entidade, a Fundação Moab Caldas, e todos aqueles que lutam por uma sociedade igualitária, uma sociedade que estabeleça o direito contra qualquer intolerância religiosa, contra qualquer discriminação racial. A nossa Porto Alegre tem que ser uma Cidade que inclua e não uma Cidade que exclua, e o largo Glênio Peres é a praça do povo. Portanto, conte com o nosso Partido para rever essa legislação. E já estou aqui propondo: quero convidar os demais colegas a assinarmos juntos para que o Largo Glênio Peres seja o local para fazer anualmente a referência da entidade Moab Caldas, essa atividade que já existe há 20 anos. Bom, não se pode castrar ou matar aquilo que já é da Cidade, portanto contem conosco: estou propondo aqui, junto com os colegas, de imediato, declararmos a Moab Caldas patrimônio cultural e religioso da cidade de Porto Alegre e que o Largo Glênio Peres seja o espaço para realizar essa sua atividade anual. Um grande abraço. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia):** O Ver. Tarciso Flecha Negra está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

**O SR. TARCISO FLECHA NEGRA:** Presidente Garcia, Pai Aureo, todos os que estão aqui, eu fico muito indignado, porque parece que o Brasil esqueceu que, quando trouxeram a raiz africana para ser escrava, trouxeram a religião também dos nossos ancestrais, e agora querem tirar tudo. Por que essa disparidade tão grande com a nossa raça? Todo dia eu me pergunto: por que essa corrente ainda não sumiu dos corações de todos? Então, Aureo, tu tens aqui o apoio de um Vereador do PSD, não sou da oposição, nem da situação, sou independente, posso dizer que vocês me colocaram aqui. A minha

---

luta é por esta bandeira: a bandeira negra, bem como pelas crianças carentes, que eu sempre digo aqui. E a Ver.<sup>a</sup> Fernanda Melchionna e o Ver. Pedro Ruas têm o meu apoio no sentido de revogar essa lei. Porque não é possível, será que existe alguma lei que diz que o negro tem que sofrer até o ano 2100? Gente, vamos parar e vamos pensar bem: acabou a escravidão. Oxalá, acabou a escravidão, não existe mais! E vamos tirar isso dos nossos corações também! Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia):** O Ver. Delegado Cleiton está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

**O SR. DELEGADO CLEITON:** Sr. Presidente, Pai Aureo, Presidente da Fundação Moab Caldas, em seu nome, eu saúdo toda a comunidade de religião matriz africana aqui presente. Pai Aureo, essa lei, pelo que nós avaliamos aqui, proíbe, na verdade, situações de comércio naquele local. Então, possivelmente, tenha sido mal avaliado o seu pedido. Nós temos que ficar aqui bem tranquilos e direcionar o seu pedido de uma forma que tenhamos um resultado positivo no final. Nós já marcamos com o Prefeito no sentido de que possamos fazer um encontro lá e conversar sobre esse fato. Pelo que me informaram, o que houve, agora, nesse fim de semana, foi na Praça XV. Nós não podemos afirmar que tenha sido um fato discriminatório, não podemos levar para esse lado, porque, se fizermos isso, vamos buscar na Justiça. Aqui nós temos, hoje, representantes do Ministério Público, e creio que não é um ato discriminatório contra a religião de matriz africana. Na verdade, nós temos é que dialogar com o Prefeito, e eu estou me colocando à disposição para que possamos verificar essa questão. A lei, na verdade, fala em exploração de comércio, e foram votados aqui dois tipos: a Feira do Peixe, que existe há bastante tempo, e a economia solidária. Então, deve ter havido alguma interpretação errada, inclusive da SMIC, nós temos que avaliar, para que possamos sair daqui com um resultado positivo. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia):** O Ver. Cassio Trogildo está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

**O SR. CASSIO TROGILDO:** Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, Fundação Moab Caldas – falo em nome dos Vereadores Brasinha e Roni –, minha fala vai muito na linha daquilo que já colocou o Delegado Cleiton. Quando aprovaram a mudança da legislação aqui, eu não era Vereador, mas acompanhei o objetivo dela, que é o de restringir aquelas atividades comerciais que estavam no Largo Glênio Peres ao longo do tempo, e não sou favorável que a interpretação possa partir para o lado de coibir, não deixar que aconteçam as manifestações religiosas. Então, eu me somo à manifestação do Delegado Cleiton. A Bancada do PTB é parceira para que estejamos juntos com os representantes da Prefeitura, para que essa interpretação não vá adiante. Não somos favoráveis a uma grande zona de comércio no Largo, até porque há todo o comércio formal do entorno, que também merece o nosso respeito, mas a atividade afroumbandista sempre terá o nosso apoio. Podem contar conosco para a reunião com os representantes da Prefeitura Municipal. Um abraço. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia):** O Ver. Kevin Krieger está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

**O SR. KEVIN KRIEGER:** Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, cumprimento todos os presentes. Em nome do Ver. Villela, da Ver.<sup>a</sup> Mônica e do Ver. Nedel, também queremos trazer o nosso respeito a essa manifestação, Pai Aureo. Eu fui Secretário de Direitos Humanos de 2005 a 2008, construímos juntos a Semana, onde foram realizadas essas atividades no Largo Glênio Peres. Eu não tenho dúvida nenhuma – estamos na linha do Delegado Cleiton – de que não há, por parte do Governo, essa discriminação em relação à nossa religião afrodescendente, afroumbandista.

Coloco o Partido Progressista na mesma linha do Ver. Cassio, do PTB; do Delegado Cleiton; no sentido de que o Partido vai se somar também a essa luta, conversar com o Prefeito Municipal para deixar muito clara essa questão, que, eu não tenho dúvida, é uma questão de interpretação em relação ao comércio, como os Vereadores anteriormente falaram. Quando essa lei foi aprovada aqui, eu também não estava na Câmara, estava no secretariado. Eu não tenho dúvida de que é uma manifestação religiosa, uma

---

manifestação cultural que colabora e engrandece a nossa Cidade. Contem com o Partido Progressista, nós nos somamos aos outros partidos na busca de uma solução para esse fato.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia):** O Ver. Aírto Ferronato está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

**O SR. AIRTO FERRONATO:** Caro Presidente, Ver. Garcia; Pai Aureo, falo aqui em nosso nome, em nome do PSB, em nome do Ver. Paulinho Motorista. Quero dizer ao Pai Aureo que também nos colocamos à disposição para conversar junto ao Executivo Municipal para buscar uma solução positiva para a questão, dizendo da importância das manifestações de todas as religiões aqui no nosso Município de Porto Alegre. Portanto compreendendo que não há nenhuma restrição, e estamos juntos com a nossa Fundação Moab Caldas no sentido de participar da busca dessa solução. Quero dizer da importância e do quanto estamos honrados com a presença do nosso Deputado Estadual, recentemente eleito Deputado Federal, Heitor Schuch, e tenho absoluta certeza de que esse também é o pensamento do Deputado. Obrigado e um abraço.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia):** O Ver. Cláudio Janta está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

**O SR. CLÁUDIO JANTA:** Presidente Professor Garcia, Secretário Guilherme Socias Villela; Pai Aureo, queria saúda-lo e também o Pai Jorge Madeira, pelo qual temos um grande apreço. Os colegas falaram aqui que pode haver algum equívoco, mas quero dizer ao senhor que acho que não houve equívoco nenhum, porque a lei é bem clara e límpida: ela proíbe, naquele espaço, eventos comerciais, com exceção, como foi dito aqui, da Feira do Peixe e da Feira da Economia Solidária. Nós fizemos vários comícios no Largo Glênio Peres, nós já tivemos várias denúncias de estacionamento naquele Largo, vimos vários eventos religiosos no Largo Glênio Peres, e acho que a nossa Cidade não pode começar a ir por esse caminho.

---

Nós entendemos que os tambores das matrizes africanas incomodam, como entendemos que os sinos das igrejas católicas incomodam, como entendemos que os alto-falantes das igrejas evangélicas incomodam, como entendemos que as procissões incomodam; entendemos que cada religião tem seus ritos e rituais que incomodam quem não exerce essas religiões. Agora, o Largo Gênio Peres tem que ser da população de Porto Alegre, de todos os credos e de todas as religiões. Não pode ser de comércio, assim como não pode estar à mercê. Tem que haver uma agenda, como qualquer espaço de Porto Alegre, e tem que estar disponível.

Agora, não pode a Cidade simplesmente não saber que existe um evento que ocorre há 21 anos. Esse evento tem hora, tem data, tem dia, há 21 anos ocorre. Aí, simplesmente, a população da Cidade não sabe que esse evento existe? Desculpem-me, mas acho que isso é falta de vontade da Administração, é falta de não querer fazer, de não querer realizar; é, sim, uma discriminação da Administração, porque sabe que esse evento ocorre há 21 anos, sabe a data desse evento, sabe a hora, como nós sabemos a data e a hora do evento de São Jorge, do evento de Navegantes, do evento de Santa Rita e de todos os outros eventos religiosos, sejam católicos, evangélicos, protestantes ou umbandistas que existem em Porto Alegre. Quero dizer que nós, que temos duas leis aqui nesta Casa – o Dia do Preto Velho e o Dia do Exu Maré –, nos somamos, estamos junto com vocês para que o Largo seja disponibilizado para que esse evento ocorra.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia):** Registro a presença do Luis Alberto Bairros, o Betinho, que, durante muito tempo, foi coordenador da Bancada do PSB e, hoje, é Assessor do Deputado Federal Heitor Schuch; do Diogo, da Banda Saldanha; e do Bayard Pereira, Vice-Prefeito de Bagé. Sintam-se em casa!

O Ver. Bernardino Vendruscolo está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**O SR. BERNARDINO VENDRUSCOLO:** Boa tarde, Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores. Sr. Aureo Dutra Rodrigues, Presidente da Fundação Moab Caldas, nossos cumprimentos. Eu, que não sou da oposição e nem da base do Governo, fiquei preocupado com os nossos colegas que são da base do Governo, porque, realmente, eu não quero acreditar que o Governo tenha dificultado tanto um evento que é tão conhecido

---

em Porto Alegre, mas a base não pode esquecer quem efetivamente construiu essa situação. O senhor não veio aqui de graça, veio porque sentiu muita dificuldade, até para conversar com o Governo. Isso tem que ficar bem claro. Quero cumprimentar os Vereadores que assumiram o compromisso de tentar resolver, mas não dá para esquecer! A sua comitiva teve que vir até a esta Casa para resolver essa situação. É lamentável não ter vindo alguém do Governo para dizer efetivamente o que aconteceu.

Eu acho que é uma discriminação e, sendo assim, aproveitando que vejo uma comitiva do Ministério Público, quero trazer outro assunto que também acho ser uma discriminação. Aqui nesta Cidade, fizeram muitos tombamentos. Os senhores sabem perfeitamente que tombaram muitos prédios históricos, e quero mostrar um prédio (Mostra fotografia.): o Grêmio Gaúcho – para os menos avisados, esse prédio está no quarteirão formado pelas Rua Bispo Laranjeira, Av. Niterói, Rua Sepé Tiaraju e Av. Dr. Carlos Barbosa. Isso é uma bandeira do João Cezimbra Jacques, nada mais nada menos de 1898! É o berço do tradicionalismo, tanto é que João Cezimbra Jacques é o Patrono do Tradicionalismo!

Nós estamos há muito tempo fazendo um esforço para mostrar, para sensibilizar a Secretaria da Cultura do Estado e do Município. Eu posso falar que fiz pesquisa – tenho aqui hoje o Estatuto de 1954, tenho notas, artigos do Correio do Povo, de 24 de maio de 1988, que trata de eventos realizados ali no Grêmio Gaúcho; de 20 de setembro de 1898, que trata de eventos cívicos realizados ali no Grêmio Gaúcho. O Instituto Histórico Rio-Grandense encomendou uma pesquisa ao arquiteto Dr. Günter Weimer, que traz dez, doze laudas justificando a importância arquitetônica desse prédio. Talvez esta seja a centésima vez que venho a esta tribuna, fazendo um esforço para sensibilizar os Vereadores e o Executivo. Na próxima semana está em pronto para ser votado, e nós já recebemos a sinalização do Executivo de que não tem interesse no seu tombamento. Senhores do Ministério Público, senhores Parlamentares e senhores cidadãos que estão nos ouvindo, amanhã será tarde demais. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia):** Muito obrigado. Ouvimos as diversas Bancadas. Informo aos Vereadores que quem negou foi o Coordenador dos Próprios Municipais da SMIC, e o Pai Aureo mandou logo depois uma comunicação para a Prefeitura – ainda veio o retorno. Acho que podemos fazer isso e aguardar; se vier não,

---

---

Pai Aureo, diremos não. Eu sempre digo que esta Casa tem o dever de acolher todos e ouvir as reivindicações, que, muitas vezes, não são atendidas, mas acho que é importante isso, porque aqui é um espaço democrático. Então, eu quero lhe assegurar que vai para as diversas Bancadas. O Delegado Cleiton, inclusive, já falou que fez contato com o Prefeito – talvez, pela sintonia que possa ter com o Prefeito, isso possa ser agilizado. Mas nós vamos, a Mesa com os demais Vereadores, lhe dar uma resposta. Agradeço sua presença. Agradecemos a presença do Aureo Dutra Rodrigues, Presidente da Fundação Moab Caldas de Umbanda e Africanismo. Estão suspensos os trabalhos para as despedidas.

(Suspendem-se os trabalhos às 15h08min.)

**O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia):** (15h11min) Estão reabertos os trabalhos.

Passamos às

## COMUNICAÇÕES

Hoje este período é destinado a homenagear, *in memoriam*, o Promotor de Justiça Miguel Granato Velásquez pelos 24 anos de atuação no Ministério Público do Rio Grande do Sul, nos termos do Requerimento nº 086/14, de autoria do Ver. Nereu D'Avila, que não se encontra por estar hospitalizado e será representado pelo Ver. João Bosco Vaz.

Convidamos a compor a Mesa o Sr. Eduardo de Lima Veiga, Procurador-Geral da Justiça do Estado do Rio Grande do Sul; a Sra. Marlow Granato Velásquez e a Sra. Marion Velásquez Barreiros, irmãs do homenageado; o Sr. Rafael May Chula, Vice-Presidente da Fundação de Assistência Social e Cidadania, representando o Sr. Prefeito Municipal de Porto Alegre, José Fortunati; o Dr. Ruben Giugno Abruzzi, Corregedor-Geral do Ministério Público; o Dr. Victor Hugo de Azevedo Neto, Presidente da Associação do Ministério Público. Queremos registrar, como extensão de Mesa, as seguintes presenças: Dr. Roberto Bandeira Pereira, Dr. Miguel Bandeira Pereira, Sra. Marília Goldman, Sr. Alexandre Saltz, Sra. Isabel Bidigaray, Sr. Mauro Souza, Sr. Renato Velasques, Sr. Antonio Carlos Bastos, Sr. Alexandre Gutierrez e demais servidores do Ministério Público.

---

O Ver. João Bosco Vaz está com a palavra em Comunicações e falará em nome do proponente desta homenagem, Ver. Nereu D'Avila.

**O SR. JOÃO BOSCO VAZ:** (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Sabem vocês que eu poderia, nesta homenagem proposta pelo Ver. Nereu D'Avila, fazer um traçado, voltar ao tempo e contar um pouco da história da nossa família Granato. Se voltarmos um pouco, falaremos de Dalila, Dacila, Danira. E as pessoas se pegam surpresas quando eu digo que o Miguel era meu primo, elas me perguntam: “Mas como? Tu és o João Bosco Vaz!” – ele era o Miguel Velásquez, que não assinava o Granato, Miguel Granato Velásquez; e eu, João Bosco Granato Vaz. O pai de vocês foi Deputado, Miguel Velásquez; o nosso primo, Celestino Granato Goulart, foi Deputado, e eu pensei: “Será que não é daí esse meu envolvimento, será que está no sangue dos Granatos essa veia política, que me mantém nesta Casa já há 16 anos?” Então eu poderia botar um pouco mais de emoção, que é o que sinto neste momento por ter convivido com vocês, por ter convivido com o Miguel e, depois, na segunda fase da doença dele, reencontrá-lo alegre, dizendo-se recuperado, caminhando todos os dias na Redenção. É difícil falar com qualquer pessoa que não reconheça sua bondade, fidalguia, qualidade profissional, o jeito simpático de tratar dos problemas.

Há pouco falava com a Ver.<sup>a</sup> Lourdes, e ela disse assim: “Mas esse cidadão era um cidadão do bem!” E é verdade! O Miguel, nesse tempo todo de Ministério Público, fez uma cruzada, teve a sua causa em defesa das crianças e dos adolescentes. E ali nós nos aproximamos muito, porque eu fui ser Secretário de Esportes do Município de Porto Alegre e lá resolvi que deveria usar o esporte como inclusão social, eu muito sentei com ele para poder me aconselhar, para trocar ideias, o que poderia ser feito, e quantas lições nessa área o Miguel deu aos Vereadores desta Casa! Lembro aqui da ex-Vereadora Maria Celeste, pois ela, quando enfrentávamos aqui uma situação ligada a essa área, dizia: “Vamos lá no teu primo, vamos lá falar com o Miguel.” E o Miguel acreditava muito na sua recuperação e voltou ao Ministério Público disposto, contente, traçando objetivos e foi lá para o Centro Operacional dos Direitos Humanos – Dr. Veiga, Dr. Marcelo, Dr. Saltz, Dr. Roberto Bandeira, Dr. Alexander Thomé, que estão aqui – cuidar dos direitos humanos. Era uma veia que o Miguel tinha, os direitos humanos, que nós clamamos, e o Ministério Público nos representa.

---

E Miguel Granato Velásquez desenvolvia esse trabalho meritório, competente – desculpem-me os colegas dele que aqui estão, mas ele dava grandeza ao Ministério Público, ele dava visibilidade ao Ministério Público; ele nos dava a tranquilidade de poder conversar com o Ministério Público. Aliás, tentaram amordaçar o Ministério Público no Congresso Nacional, e, graças a Deus, não conseguiram, porque queriam proibir que o MP investigasse os crimes que precisa investigar. Digo isso porque, quando se discutia esse problema, muitas vezes, troquei ideias com o Miguel Granato Velásquez em relação a essa situação, que, com certeza, iria, Delegado Cleiton, envergonhar a sociedade – embora V. Exa. seja delegado. Iam priorizar os delegados nessa situação, e nós precisamos de todas as forças conjuntas na sociedade para que possamos viver com tranquilidade.

Então, o Miguel merece e muito esta homenagem *in memoriam* proposta pelo Ver. Nereu D'Avila, que se encontra hospitalizado, recuperando-se de uma pneumonia. Eu vim aqui, com alegria no coração, com a responsabilidade maior ainda de ter que falar de um primo querido. Aos Vereadores que são novos nesta Casa, às Vereadoras que estão aqui na primeira Legislatura, que não tiveram a oportunidade de conviver com Miguel Velásquez, quero dizer que ele era muito mais do que eu estou falando aqui, ele representava muito para esta sociedade. A partir de agora, então, vou conceder apartes aos colegas que queiram se juntar a esta justa homenagem proposta pelo Ver. Nereu D'Avila.

**O Sr. Aírto Ferronato:** V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Caro amigo Ver. João Bosco, quero trazer um abraço a V. Exa. pelas manifestações feitas aqui nesta tarde e desejar plena recuperação ao Ver. Nereu D'Avila. Também quero dizer da importância de estarmos aqui nesta tarde, neste momento, registrando uma homenagem ao Dr. Miguel Velásquez. Quero trazer um abraço ao Presidente Professor Garcia, neste ato representado pelo Ver. Villela; ao Dr. Eduardo de Lima Veiga; à Marlow e à Marion, irmãs do nosso homenageado; ao Rafael May Chula, da Prefeitura, aqui representando o Prefeito Fortunati; ao Dr. Ruben Giugno Abruzzi, Corregedor-Geral do Ministério Público, e ao Dr. Victor Hugo de Azevedo Neto e dizer da importância de tê-los conosco na tarde de hoje.

Com breves palavras, quero registrar que estou falando em meu nome, em nome do meu Partido e em nome do Ver. Paulinho Motorista. Quero dizer da importância de estar aqui,

---

até porque, lá pelas voltas do ano de mil novecentos e oitenta e alguns pouquinhos, convivi praticamente quase que diariamente com a querida amiga Míriam. E, através da amizade que tínhamos com a Míriam, é que conheci a Marlow; e agora, no Partido PSB, com o estimado Deputado Heitor Schuch, a Marion e também o Dr. Miguel. Quero dizer que então hoje nós comemoramos esta homenagem. Neste momento em que se pensa na atuação do Dr. Miguel, nós lembramos – eu particularmente penso na atuação do Dr. Miguel e de toda família, especialmente de suas irmãs – da veia do bem social, da coletividade, da nossa questão da ação pública e política; até porque a Míriam já militava politicamente lá em 1986.

Portanto quero aqui registrar minha homenagem, cumprimentar a família, dizer da importância de estarmos aqui e dizer que a partida do Dr. Miguel é uma partida um pouco de cada um de nós, que vamos, mas que permanecemos por aquilo que fazemos em prol da sociedade. E o Dr. Miguel muito fez pela sociedade porto-alegrense, gaúcha e brasileira. Um abraço a todos e obrigado. (Palmas.)

**O Sr. Dr. Thiago:** V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) (Saúda componentes da Mesa e demais presentes.) Sempre que me lembro do Dr. Miguel, lembro que talvez a última vez em que ele tenha vindo a esta Casa foi no seminário que fizemos, no ano passado, sobre planejamento familiar, quando ele esteve nesta tribuna, Ver. João Bosco Vaz, em que V. Exa. está agora, e proferiu uma brilhante palestra com relação à questão do planejamento familiar. E como é importante lembrarmos as pessoas pelas ideias e pelos ideais! O Dr. Miguel e o Dr. Mauro Souza trabalharam diuturnamente na questão do planejamento familiar. Lembro-me que talvez nos momentos mais delicados na gestão do Dr. Pedro Gus à frente da Secretaria da Saúde, num projeto de planejamento familiar moderno, num projeto de planejamento familiar que, sem dúvida nenhuma, foi muito exitoso, o Dr. Mauro Souza e o Dr. Miguel Velásquez ajudaram profundamente os técnicos a combaterem todas as falácias e todas as questões vinculadas à descaracterização desse projeto, porque eles acreditavam profundamente que o planejamento familiar – o Miguel acreditava – era fundamental para a escolha livre e consciente das mulheres e das famílias para que pudessem ter os filhos que quisessem ter, nos momentos em que quisessem ter.

---

É com muita alegria que a gente presta esta homenagem a um homem que foi profundamente caracterizado pelas suas idéias. Que bom que as pessoas pudessem cada vez mais agir de forma erguida, de forma ostensiva, que fossem caracterizadas pelas ideias. Parabéns ao Dr. Miguel Velásquez, onde ele estiver, e que, sem dúvida nenhuma, suas ideias, cada vez mais, fecundem as mentes de políticos, de parlamentares e do próprio Ministério Público. Muito obrigado.

**O Sr. Delegado Cleiton:** V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Eu gostaria aqui de manifestar e dizer do meu profundo respeito ao Ministério Público, órgão que traz, na sua bandeira maior, a defesa dos direitos da sociedade. Então, vindo aqui à frente, deixo bem clara a minha postura e o respeito que tenho pelo Ministério Público. Serei rápido, Ver. João Bosco Vaz, nos dois conceitos que tenho do Dr. Miguel Velásquez. Primeiro, o de homem do bem. Para mim, estas palavras, homem do bem, ensinamento que tive do meu pai, são de grande importância, de grande valia. Segundo, quero pedir licença ao Ministério Público, às suas irmãs, para usar um termo que é nosso, que nós, policiais, delegados, usamos muito, que é um homem de linha de frente, homem de campo. E isso ele fez muito bem na luta pelo fortalecimento dos direitos humanos e pelo fortalecimento dessa luta em favor da criança e do adolescente. Então, é mais do que justa – e aqui eu saúdo o Ver. Nereu D'Avila, que não está aqui conosco – esta homenagem, como eu disse, a um homem de campo, um homem linha de frente nessa luta em favor dos direitos humanos, e um homem do bem. Agradeço por existirem homens como ele.

**O Sr. Engº Comassetto:** V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Em nome da minha Bancada, a do Partido dos Trabalhadores – o senhor já recuperou –, quero recuperar aqui as colegas Vereadoras e, principalmente, a Ver.<sup>a</sup> Maria Celeste, que foi conselheira tutelar e que militou pela implantação e pela criação do Estatuto da Criança e do Adolescente, uma luta que hoje é uma conquista da sociedade e pela qual o Dr. Velásquez, assim como nós o chamávamos, trabalhou. Essa memória e essa história já estão registradas, mas não só em Porto Alegre. Porto Alegre foi a primeira cidade brasileira, e o Rio Grande do Sul, pioneiro nesse processo, serviu e serve de referência a toda Nação brasileira.

---

Então, quero aqui, em nome do meu partido, não só trazer um abraço às boas lembranças, mas àquilo que fica para a nossa sociedade, uma sociedade que trabalha pela inclusão. Ao Ministério Público, que é um aliado do Legislativo – estamos sempre juntos, construindo em todos os espaços –, os nossos cumprimentos, o nosso abraço. Aquelas lutas construídas e aquelas conquistas hoje são patrimônios da humanidade, e o Dr. Velásquez foi um desses construtores. Muito obrigado. (Palmas.)

**O Sr. Mario Fraga:** V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Só queria deixar registrada esta justa homenagem que o Ver. Nereu D'Avila propôs. Na hora em que o Ver. Engº Comassetto me antecedeu, lembrei que nós, junto com a Maria Celeste, que era Presidente da Comissão de Direitos Humanos, fizemos algumas reuniões com o Dr. Velásquez, muitas bem encaminhadas e quase todas resolvidas. Então eu venho aqui agradecer ao João Bosco Vaz, que presta esta homenagem em nome do Ver. Nereu D'Avila, o nosso amigo e companheiro de Bancada, que infelizmente hoje não está presente, mas estava ansioso esperando esta homenagem, mas hoje, justamente, não está aqui. Mas Deus, às vezes, escreve as palavras por linhas tortas e traz o Ver. João Granato à tribuna para fazer esta justa homenagem ao seu primo, que muito fez pela nossa Cidade. Meus parabéns a todos e muito obrigado. (Palmas.)

**O Sr. Márcio Bins Ely:** V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Quero também fazer aqui uma menção a um trabalho que nós tivemos a oportunidade de desenvolver, e eu me dirijo às irmãs do nosso homenageado. Cumprimento o Ver. Nereu, que foi o proponente desta iniciativa, e o Bosco também, que é da nossa Bancada. Falo assim até por ele ser da família trabalhista, a gente tem essa liberdade. O Ver. João Bosco, eu não sabia, era primo do Velásquez, era assim que a gente o chamava: o Dr. Velásquez.

Em conjunto com o Secretário Cassio, em conjunto com o Secretário Paulo Brum, à época Secretários da SMOV e da Acessibilidade, nós estivemos na Secretaria do Planejamento, e o Dr. Velásquez era muito preocupado com aquela situação das calçadas, da acessibilidade; era a preocupação e o compromisso que ele tinha com essa bandeira sempre nas reuniões, sempre de maneira muito propositiva, querendo encontrar

---

soluções coletivas para a Cidade, para o bem coletivo das pessoas necessitadas, portadoras de deficiências. Então era com carinho que ele vinha desempenhando sua função no exercício da sua profissão, procurando construir algo que pudesse ser o mais próximo possível do ideal, porque a gente sabe que essa é uma busca constante das atribuições dos Poderes entre si, que, conjugados, se esforçam para trazer o bem da sociedade, o bem comum à comunidade.

Nós aqui também queremos deixar a nossa homenagem e prestar, através da nossa fala, que nos concede o orador, o nosso profundo respeito a essa pessoa querida que deixou uma marca muito forte, um homem de ação propositiva, que cobrava resultados e queria realmente avanços para a nossa sociedade. Fica aqui a justa homenagem também deste Vereador, Márcio Bins Ely. Muito obrigado.

**O Sr. Reginaldo Pujol:** V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Presidente Villela; meu caro Ver. João Bosco, quero cumprimentá-lo por estar representando o autor da proposição, o nosso querido colega Ver. Nereu D'Avila. Acho, Ver. Garcia, que a própria constituição da Mesa nos dá uma ideia perfeita da figura do nosso homenageado. Estão aqui presentes as irmãs, a Marion e a Marlow; o Procurador-Geral, Cidadão Honorário de Porto Alegre, o nosso querido amigo Eduardo de Lima Veiga; o Rafael; o Dr. Abruzzi; o Presidente da Associação do Ministério Público, o Dr. Victor Hugo de Azevedo Neto, enfim, todos os que aqui nos prestigiam neste ato em que o Ver. Nereu, com o apoio integral da Casa, pretendia fazer como um ato de justiça e de reconhecimento ao trabalho que o Miguel desenvolveu.

Por isso, Bosco, em que pesem todas as manifestações que já ocorreram, eu venho, modestamente, somar também o Democratas a essa posição, eis que comentava, há pouco, com o Dr. Roberto Barbosa Bandeira – meu queridíssimo amigo –, alguns momentos que nós dois vivíamos com o também gremistão Miguel, que deixa um espaço no nosso relacionamento. E nada retira a pessoa humana da tranquilidade, com mais propriedade e profundidade, do que a paixão futebolística. E o Miguel conseguia ser doentamente tricolor, mas se mantinha isento e, às vezes, discutia quando eu insistia – e tu conheces bem a minha dificuldade visual – em que o pênalti que era cobrado contra o nosso clube era roubado. Ele dizia: “Não, Pujol, não exagera, não é tanto, o juiz não foi feliz na decisão”.

---

Então, quero dizer às duas irmãs que representam a família aqui o seguinte: vocês perderam uma figura singular para a família de vocês. Eu sei que o Dr. Moisés sentia muito orgulho desse filho, que honrou muito a família. E nós, mortais, nos sentimos muito felizes de ter partilhado de muita coisa com ele. Todo o trabalho brilhante que ele fez na área da criança, do adolescente, dos direitos humanos, para mim, é pouco, eu o saúdo mais – o Alexandre vai me perdoar –, por ter sido meu querido parceiro do Estádio Olímpico e da jornada tricolor. Miguel, onde estiveres, fica torcendo, que nós vamos nesse jogo, se Deus quiser! Obrigado.

**O Sr. João Carlos Nedel:** V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. João Bosco Vaz, quero saudá-lo e cumprimentá-lo, bem como a Mesa. Ouvei suas palavras, Ver. João Bosco Vaz, e o senhor explicava que o Dr. Miguel era muito dedicado à criança e ao adolescente. Eu venho propor uma ação concreta em homenagem à memória do Dr. Velásquez. No Rio Grande do Sul, existe uma disponibilidade fiscal de R\$ 200 milhões para serem investidos no Fundo da Criança e do Adolescente ou no Fundo do Idoso, e, Ver. João Bosco, pasme, dos R\$ 200 milhões, somente R\$ 8 milhões são ocupados para os dois Fundos! Faltam 192 milhões! Então, esta é a campanha: estimular que os contribuintes optem pelo Fundo da Criança e do Adolescente, pois há tantas entidades importantes da nossa Capital que precisam. É trocar imposto por amor e em memória do Dr. Velásquez! Parabéns. Obrigado.

**A Sra. Jussara Cony:** V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Solicito a permissão de todos e da Mesa para cumprimentar todos através das duas irmãs do Dr. Velásquez. Acho que vocês representam a família, que é quem mais sente a falta, embora ele tivesse sido em vida uma referência na nossa sociedade. Eu faço questão de fazer este cumprimento.

Quero dizer que, primeiro, temos que agradecer ao Ver. Nereu pela iniciativa e, também, a V. Exa., Ver. Bosco, que, pelo impedimento do Ver. Nereu por motivo de saúde, nos representa nesta homenagem – a mim, ao meu Partido, PCdoB, e ao Ver. João Derly. Nós estamos fazendo aqui uma homenagem *in memoriam*, e eu sou espírita, não tenho dúvida de que esta homenagem ultrapassa as fronteiras materiais, até por tudo aquilo que o nosso homenageado fez. Mas é uma homenagem à memória de um homem, Promotor

---

de Justiça, que eu creio ser uma homenagem ao próprio Ministério Público, ao Ministério Público como um todo. O Ministério Público tem sido um aliado estratégico em questões que são fundamentais para a democracia, nos direitos humanos, em direitos de cidadania, algo que vários colegas aqui já referenciaram.

Quero fazer um resgate muito intenso – e o Dr. Thiago falou em relação a todo o papel que o Ministério Público teve – do papel do Dr. Miguel, de uma forma muito particular, em relação a essa luta histórica das mulheres pelo planejamento familiar, que é uma luta que tem que ser da família e de toda a sociedade, não apenas das mulheres – acho que é importante esse resgate do que o Ver. Dr. Thiago falou. Então, pelos direitos da cidadania, pelas liberdades democráticas, papel do Ministério Público, e pelo Estado Democrático de Direito, estamos homenageando um homem que representa isso, e é muito importante para a Nação brasileira, no atual estágio em que vive, no sentido de garantir, cada vez mais e mais, democracia, soberania, direitos e justiça social.

Não falo apenas em meu nome e em nome da minha bancada; falo, com muita honra, porque me foi pedido, em nome do Ver. Janta, pela Bancada do Partido Solidariedade. Quero dizer ao Vereador que me solicitou que é uma honra falarmos também em seu nome, pelo perfil que o Vereador tem e pelo que representa nessas lutas históricas em que o Dr. Miguel, sem dúvida nenhuma, será sempre uma referência. Eu acho que é *in memoriam*, mas também é além disso, é para todo sempre!

**O SR. JOÃO BOSCO VAZ:** Muito obrigado, Ver.<sup>a</sup> Jussara Cony. Pelas falas dos colegas Vereadores – e a Ver.<sup>a</sup> Jussara Cony pegou muito bem –, é uma homenagem a uma pessoa, *in memoriam*, mas é, Dr. Veiga, acima de tudo, uma homenagem ao Ministério Público, ao que o Ministério Público representa para todos nós.

Eu poderia ficar aqui mais alguns minutos falando coisas boas sobre o Miguel: que ele foi um homem bondoso, de fácil trato, como disse o Ver. Pujol, sempre tratando do futebol – falamos muito sobre Copa do Mundo, ele e eu, trocamos ideias sobre o que precisava ser feito. Em nome, então, do Ver. Nereu D'Avila deixo aqui essas singelas palavras, uma pequena homenagem desta Casa, mas que é grandiosa, do tamanho do coração do nosso homenageado.

(Não revisado pelo orador.)

---

**O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia):** Obrigado, Ver. João Bosco Vaz. Nós queremos também registrar a presença do Dr. Mauro Renner, ex-Procurador-Geral. Também peço desculpas, pois não citei, como extensão de Mesa, o Dr. Marcelo Dornelles, Subprocurador-Geral de Justiça, e a Dra. Noara Lisboa, Subcorregedora-Geral do Ministério Público – desculpem-me por não os citar no início.

A Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal está com a palavra em Comunicações, por cedência de tempo do Ver. Guilherme Socias Villela.

**A SRA. MÔNICA LEAL:** (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Eu gostaria de dizer que subi a esta tribuna hoje por uma razão muito simples, por dois motivos: primeiro, porque tenho imensa confiança e admiração pelo Ministério Público. Já fui gestora, já fui Secretária de Estado e sei o que significa essa instituição na vida de um gestor que atua com rigor no dinheiro público. Então solicitei aos meus colegas que me deixassem subir a esta tribuna, porque esta é uma homenagem não só ao Procurador Miguel, mas ao Ministério Público. Na medida em que nós temos uma pessoa com essa trajetória, isso é um ganho para a instituição. Falando em nome da Bancada do Partido Progressista – dos meus colegas Ver. Guilherme Socias Villela, Ver. João Carlos Nedel e Ver. Kevin Krieger –, confiro o nosso sentimento de reconhecimento e admiração ao Promotor de Justiça Miguel Velásquez, que tão cedo nos deixou. Quero cumprimentar o Ver. Nereu D'Avila por esta proposição de homenageá-lo pelo seu tempo de atuação no Ministério Público, onde se dedicou de forma incansável ao trabalho pela justiça e pela garantia dos direitos da sociedade gaúcha.

Aqui eu fiz várias anotações que me vieram à lembrança, enquanto os colegas falavam, e eu quero destacar algumas delas, que foram muitas. Miguel Velásquez teve atuação destacada sobretudo na área dos direitos humanos, da infância, da juventude, da violência doméstica e da saúde, tendo realizado inúmeras palestras nessas áreas, em escolas e universidades gaúchas. Nós sabemos muito bem que as crianças e os adolescentes nessa fase precisam de exemplos, e o Miguel compartilhava do seu saber, da sua energia, sempre no trabalho preventivo. Miguel ajuizou a ação pioneira no País, em nome do Ministério Público, que determinava a compra de leitos em UTIs pediátricas em unidades privadas, quando não disponibilizados pelo SUS, deixando uma contribuição importantíssima para a área da Saúde pública. Nós sabemos que a saúde é o bem maior.

---

E o Miguel, lá estava ele, com essa sensibilidade atuando sempre na frente. Também foi ele quem propôs o Termo de Ajustamento de Conduta com o Estado do Rio Grande do Sul para a construção da unidade própria para adolescentes no Hospital Psiquiátrico São Pedro, separando-os dos internos adultos, onde, frequentemente, eram vítimas de abusos e violências. Mais uma vez, ali estava o Procurador Miguel, sempre sensível e atuante em benefício da sociedade.

Agora, quero parar para contar uma característica do Miguel. Eu conversava com a Paula – assessora do Ver. Kevin Krieger, filha da Ângela Medeiros –, esta jovem que está me fotografando aqui em frente. Eu estava falando da admiração que tenho pelo Miguel, e ela me contou que a mãe dela trabalhou com ele. Ângela Medeiros, Orientadora Educacional da Escola Pasqualini, mãe da Paula Medeiros, disse que trabalhou com o Miguel e que ele era extremamente exigente, que ele atuava diretamente em todas as questões da Restinga, preocupado com a situação da evasão escolar. Era para ele que chegavam essas queixas, e ele as encaminhava sempre preocupado no sentido de que isso não produzisse uma lacuna, um prejuízo na vida das crianças e, principalmente, na adolescência, quando aparece a gravidez precoce. Lá estava o Miguel, atuando à frente desses problemas que a todos afligem. Esse foi o nosso Procurador Miguel, sempre preocupado com as questões que envolvem a sociedade gaúcha.

Em 2008, como Secretária de Estado da Cultura, eu tive o privilégio de receber uma visita do Promotor Velásquez, que nos propôs uma parceria com o Instituto Estadual de Cinema para a exibição periódica de filmes e documentários com conteúdo informativo e de entretenimento no auditório da sede do Ministério Público. A partir dessa ideia dele, inovadora, na primeira terça-feira de cada mês, durante um ano, foram exibidos filmes e curtas-metragens gaúchos, levando a cultura aos servidores públicos, tanto do Ministério Público como da Secretaria de Estado da Cultura, o que muito me orgulhou.

Então eu fiz questão de vir aqui e dizer que foi um privilégio conhecer o Miguel, conviver com ele e compartilhar dessa maneira, desse seu jeito simples de ser, afetivo, solidário, generoso. É um orgulho para nós, gaúchos, contarmos com o trabalho, como eu pude contar, com a parceria do Miguel. Parabéns em nome da Câmara Municipal de Porto Alegre, dos Vereadores da Bancada Progressista, também como cidadã, jornalista. Parabéns e obrigada a todos.

(Não revisado pela oradora.)

**O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia):** A Sra. Marlow Granato Velásquez está com a palavra.

**A SRA. MARLOW GRANATO VELÁSQUEZ:** Sr. Presidente, Srs. Vereadores e demais autoridades já citadas pelo cerimonial; prezados colegas e amigos do Miguel; servidores do Ministério Público – e, em nome da minha irmã Marion, quero saudar nossos familiares e nossos amigos –, é com muita honra e profunda emoção que agradecemos esta homenagem aos Srs. Vereadores; em especial, ao proponente Nereu D’Avila, a quem, através da sua filha Karina, desejamos pronta recuperação e breve retorno a esta Casa. Agradecemos ao nosso primo João Bosco Granato Vaz, a quem coube realizar esta homenagem ao nosso amado irmão Miguel.

Todos os que tiveram a feliz oportunidade do seu convívio podem afirmar que ele é merecedor desse reconhecimento público que hoje lhe faz este Poder. Sua vida, desde a infância, foi em busca da igualdade e da justiça social. Ainda criança, acompanhando o nosso pai a uma Sessão Plenária na Assembleia, ouviu um Parlamentar ligado ao setor leiteiro defender na tribuna o aumento do preço do leite. Assim que acabou o seu pronunciamento, Miguel dirigiu-se ao Deputado e o interpelou com toda a educação e irreverência: “O senhor não tem pena das criancinhas pobres que não terão dinheiro para comprar leite?” Jornalistas que cobriam as atividades legislativas presenciaram o ocorrido, e resultou que Miguel foi manchete nos jornais do dia seguinte como defensor das crianças pobres.

Mais adiante, já adolescente, no final dos anos 70, sugeriu ao nosso pai que fizesse um discurso aos jovens alimentando esperança de dias melhores e convidando-os a participar da vida política para defender a democracia. (Pausa.) Eu prometi que não ia chorar, mas não vai dar. (Pausa.) Então, ele escreveu o seu primeiro discurso para que nosso pai pudesse se basear falando de como o jovem se sentia diante das incertezas de seu futuro e do País naquele período. No dia do pronunciamento, nosso pai nos convidou para assistirmos pessoalmente à sessão plenária, e, para surpresa de todos, anunciou que naquele dia, em homenagem aos jovens, ele leria o discurso feito por um adolescente, e passou a ler, na íntegra, o discurso feito pelo nosso mano Miguel. Foi um

---

momento emocionante, e, realmente, ninguém melhor que o jovem para falar sobre suas expectativas. Daí em diante aflorou a sua liderança.

Foi eleito presidente do Grêmio Estudantil Rosariense e também presidiu o CLJ na Igreja Mont'Serrat, escolheu a Faculdade de Direito e decidiu que seria Promotor de Justiça. Estudou muito e tornou-se um profissional exemplar, um protetor das crianças e dos adolescentes, um contestador da violência doméstica e da exploração sexual, buscando a conscientização, motivando e multiplicando o que ele chamava do "Exército do Bem". Temos certeza de que muitas vidas foram salvas pelas medidas protetivas e pelas ações de todos aqueles que passaram a defender, com a prioridade que é necessária, as crianças e os adolescentes. Mais tarde assumiu nova atribuição relevante: combateu o preconceito social, racial e de gênero – a homofobia – e também lutou para a acessibilidade das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, bem como a defesa e vida digna dos idosos e dos encarcerados. Tornou-se um acirrado defensor dos direitos humanos, buscando derrubar o mito de que eram defensores de bandidos, mostrando que todos nós somos humanos, somos iguais e temos direito à felicidade. Ele sempre dizia que, protegendo as crianças, garantindo sua educação e saúde, poderíamos ter menos presídios no futuro.

Miguel, um filho que só deu orgulho aos nossos pais, um tio que sempre foi um segundo pai para todos os seus sobrinhos, e aqui quero citar o Maurício, representando todos eles. Um colega... (Palmas.) Um colega franco e leal, um chefe que sabia estimular responsabilidades e também brincar, que advertia cobrando multas em chocolate. Um amigo que cultivou suas amizades desde a infância e só seguiu acrescentando. Quando o telefone não parava de tocar, no período da doença, eram os seus amigos em busca de notícias, e, então, dizíamos que ele era o homem de um milhão de amigos. Miguel era um irmão presente, que sabia ouvir e indicar o melhor caminho. Não tinha assunto ou problema que não pudesse ser discutido e clareado, sempre sem preconceitos e sem julgamento, um ser humano inesquecível em nossas vidas e muito merecedor desta homenagem, já que tinha muito orgulho em pertencer à família do Ministério Público.

Com certeza, Miguel nos deixou muitas lembranças, muitas histórias, muitas risadas e, agora, muitas saudades, mas confiamos na sabedoria divina, acreditamos em Deus. E tudo o que Ele faz é bom. Se o Miguel partiu prematuramente, é porque outros planos e

missões lhe serão confiados. Em nome da nossa família, mais uma vez, agradecemos.  
(Palmas.)

(Não revisado pela oradora.)

**O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia):** Muito obrigado, Marlow. Neste momento, queremos convidar o Ver. João Bosco Vaz, juntamente com a Sra. Karina D'Avila, Secretária Adjunta de Direitos Humanos, a proceder à entrega do Diploma em homenagem póstuma ao Promotor de Justiça Miguel Granato Velásquez.

(Procede-se à entrega do Diploma.)

**O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia):** O Sr. Eduardo de Lima Veiga, Procurador-Geral de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, está com a palavra.

**O SR. EDUARDO DE LIMA VEIGA:** (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Cumpre a mim, antes de mais nada, agradecer este gesto, que não é o primeiro que a Câmara de Vereadores faz em reconhecimento à atividade do Dr. Miguel Velásquez. Ele já foi homenageado aqui várias vezes. Permitam-me dizer algumas coisas que eu colhi das palavras dos Srs. Vereadores.

O Dr. Miguel Velásquez atuou no combate ao abuso sexual de crianças e adolescentes, no planejamento familiar, na drogadição nas calçadas, na violência doméstica, na acessibilidade; tratou do Hospital Psiquiátrico São Pedro; tratou da matéria de infância e juventude; tratou da FASE, da Saúde, dos presídios e, por fim, consagrou-se como homem dedicado aos direitos humanos, que congregou tudo isso e se dedicou, no fundo, a concretizar o fundamento da República, que é a dignidade da pessoa humana. Nós vamos dizer, desde logo, que o Dr. Miguel foi um homem, na sua carreira, polivalente. Eu dizia, brincando com ele, que ele era polivalente e multimídia. O Dr. Miguel atuou em todas as áreas, destacou-se em todas as frentes que abriu e foi um homem sempre resolutivo.

Era um colega leal, dedicado, honesto, cumpridor dos seus deveres, que deixa a nós um grande exemplo. Eu tenho dito que nós estamos pobres de exemplos. O Dr. Miguel inspirava-se muito na sua figura paterna, no Deputado Moisés Velásquez, que muito o

---

inspirava, e, volta e meia, ele trazia a lembrança de seu pai. O Dr. Miguel Velásquez é um exemplo de vida, em todos os sentidos; não falo só no sentido profissional, também falo no pessoal. Quando o Dr. Miguel adoeceu, pela primeira vez, ele me telefonou – eu era Subprocurador-Geral de Justiça para assuntos institucionais – e me disse: “Veiga, querem que eu me aposente”. O Departamento Médico do Ministério Público havia aberto a ele a oportunidade para que se aposentasse, e ele disse: “Mas eu não vou me aposentar, vou vencer a doença e vou voltar a trabalhar”. E foi o que ele fez: venceu a doença e voltou a trabalhar. Dessa forma, o Dr. Miguel constituiu, para nós, um exemplo enorme.

Para mim, que fui seu colega no Instituto de Educação, no jardim de infância e no primário – eu e o Dr. Miguel éramos do tempo do primário ainda –, foi um prazer enorme, depois de tê-lo perdido de vista, encontrá-lo novamente, profissionalmente, no Ministério Público. Tive o prazer de integrar com ele várias e sucessivas administrações do Ministério Público, nas administrações do Dr. Roberto Bandeira Pereira, do Dr. Mauro Renner, que aqui se encontram, dois colegas de primeira categoria também, que distinguiram a mim e ao Dr. Miguel como parte de suas assessorias.

Fica o exemplo indescritível, insofismável, indelével que o Dr. Miguel Granato Velásquez deixa para todos nós. E me permitam também dizer, como homenagem derradeira – esperei este dia para anunciar isto –, que o Ministério Público instituirá, no âmbito da sua administração, claro que aberto a todos, o prêmio Miguel Granato Velásquez de Direitos Humanos, que deverá ser entregue uma vez ao ano como reconhecimento do exemplo que ele deixa e como forma de reavivá-lo anualmente em tudo o que ele fez pela sociedade porto-alegrense, pela sociedade gaúcha, pelo Ministério Público e pelo Brasil. Muito obrigado. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia):** Mais uma vez, queremos agradecer ao Ver. Nereu D’Avila, à sua filha Karina, ao Ver. João Bosco Vaz pela bela oportunidade desta Casa fazer a homenagem. Miguel Velásquez era uma pessoa que seguidamente estava aqui. Um homem, como foi dito por todos, boníssimo, que dedicou toda a sua vida ao ser humano. Aqui foram citadas diversas facetas, ora com o movimento de mulheres, ora cuidando da criança e do adolescente, ora de maneira mais incisiva em função da violência. Mas, na sua essência, foi uma pessoa que, fazendo parte do Ministério Público,

---

---

aprendeu a ouvir, e era daqueles que sabia ouvir e ir atrás de uma solução. Então, Marlow e Marion, vocês sabem melhor do que eu que ele partiu mas que o seu legado continuará. Ouvindo as palavras do nosso Procurador, também materializando a questão dos direitos humanos, é um legado que ficará para a história como alguém que dedicou a sua vida ao ser humano. Então, mais uma vez, eu quero parabenizar o Ver. Nereu e a família. Fiquei sensibilizado quando tu falaste no Maurício, aquele menininho... Então, eu quero aqui estender também à Miriam, que não se encontra, que nos deixou – tenho certeza de que o Miguel está com ela. Então, meus amigos, muito obrigado. Tenho certeza de que esta tarde foi um dos momentos mais ricos desta Câmara, porque a Câmara propõe leis, mas ela também sabe ser generosa àqueles que, durante a sua vida, serviram à causa e ao Poder Público. Muito obrigado.

Parabenizamos, mais uma vez, *in memoriam*, o Promotor de Justiça Miguel Granato Velásquez e damos por encerrada a presente homenagem. Estão suspensos os trabalhos para as despedidas.

(Suspendem-se os trabalhos às 16h14min.)

**O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia):** (16h21min) Estão reabertos os trabalhos.

O Ver. Alberto Kopittke está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) Ausente. O Ver. Cláudio Janta está com a palavra em Comunicações.

**O SR. CLÁUDIO JANTA:** Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, usarei este período de Comunicações para comunicar, saudar, reafirmar, dizer, lamentar, chorar, seja lá o que for que for que possa se dizer novamente, nesta tribuna, referente ao que aconteceu na cidade de Porto Alegre nestes três últimos dias. Na sexta-feira foi comemorado o dia do servidor e, em função disso, foi decretado feriado. Esta Casa e vários órgãos não abriram, incluindo os postos de saúde de Porto Alegre, que não abriram na sexta-feira, no sábado e no domingo. Voltamos a esse assunto de extrema relevância, de extrema necessidade, de extrema preocupação da população carente e do povo de Porto Alegre, que tiveram que dizer para seus filhos, para seus netos, para seus avós, para as pessoas de suas famílias que, quinta-feira, das 17h, até hoje, às 8h30min, ninguém podia ficar doente porque os postos de saúde de Porto Alegre estavam

---

fechados. Novamente fechados por três dias. Novamente a saúde na nossa Cidade ficou fechada. Novamente a saúde na nossa Cidade fez feriadão. Novamente o povo de Porto Alegre, como já aconteceu em outras datas, foi punido com feriadão.

Saúde não faz feriado! Várias consultas, vários agendamentos, vários procedimentos de pessoas que estavam aguardando há muito tempo foram cancelados, e agora Deus sabe quando, novamente, terão acesso a essas consultas, terão acesso a esse bem maior, como já falamos algumas dezenas de vezes aqui neste microfone, que é a vida, e que na nossa Cidade está em segundo plano. Na nossa Cidade esse bem maior da população de Porto Alegre, que é a vida, fica abaixo do esperado, já que se fecham leitos de hospitais, já que se fecham leitos de pediatria, já que se fecham leitos de UTI, já que se trata uma suspeita de Ebola como se fosse uma simples infecção, já que se trata um caso de saúde que, no mundo inteiro, se trata de forma respeitosa, e é como tem que ser tratado, aqui em Porto Alegre se trata de forma complexa, como se não existisse responsabilidade nenhuma.

**O Sr. Dr. Thiago:** V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Quais as informações que o senhor tem sobre esse caso? O senhor pode nos relatar?

**O SR. CLÁUDIO JANTA:** Qual deles, Vereador?

**O Sr. Dr. Thiago:** Esse do Ebola.

**O SR. CLÁUDIO JANTA:** O rapaz chegou ao nosso aeroporto, ficou no Santa Marta, de lá foi transferido para o Posto da Cruzeiro, lá ele ficou 24 horas internado, ao lado da pediatria, e só foi removido para o Grupo Hospitalar Conceição 24 horas depois, por intervenção... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

Para finalizar, acho que nós temos que rever a questão da saúde na nossa Cidade. A nossa saúde está na UTI, as pessoas necessitam de saúde na sexta-feira, no sábado, no domingo; as pessoas necessitam de saúde integral em Porto Alegre, acesso à saúde, principalmente à Unidade Básica de Saúde até às 22 horas – projeto que foi aprovado

---

nesta Casa e que não está sendo executado. Com força, fé e esperança, nós vamos melhorar a vida dos trabalhadores e de suas famílias.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia):** O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra em Comunicações, por cedência de tempo do Ver. Alceu Brasinha.

**O SR. REGINALDO PUJOL:** Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, eu ouvi com atenção o pronunciamento do Ver. Cláudio Janta, e não há outra postura nossa que não seja a de solidariedade às suas colocações. Até porque, Sr. Presidente, sempre nos intrigou esta história do ponto facultativo. Eu nunca vi ninguém brigar por trabalhar no dia de ponto facultativo, nunca vi isso. Então, não era feriado, era ponto facultativo, mas os postos de saúde estavam fechados. Ouvi de um médico que não adiantava ele ir se o sistema não estava funcionando, o posto estava fechado. E aí, no caso concreto, me surge uma indagação especial. Neste feriado, que gerou ponto facultativo, seria homenagem aos servidores públicos, e a data era na terça-feira. Então, alegam os funcionários que trabalharam naquele dia que houve a troca para sexta-feira, para ser esse o ponto facultativo, o que permitia a eles essa folga.

Então, Sr. Presidente, eu acho que nós temos que deixar muito claro o seguinte: claro que os servidores merecem ser homenageados – e já é uma tradição neste País a homenagem não ser de a pessoa trabalhando, e sim de a pessoa estar folgando –, mas é preciso que haja um ensinamento desse fato, porque jogar um feriado ou um ponto facultativo de uma terça-feira para uma sexta-feira é correr este risco: por 72 horas ficou interrompido o atendimento médico nos postos de saúde do Município. Assim, Sr. Presidente, eu vejo com muita estranheza alguns hábitos deste País.

Eu vim à tribuna, Ver. Janta, não tanto para falar desse assunto, há outras coisas que me assustam sobremaneira neste País. Eu acabo de ouvir a notícia de que, depois de toda uma discussão de mais de dez anos a respeito da ampliação do aeroporto da Cidade, as coisas vão mudar. Estão pensando agora em fazer um novo aeroporto e deixar de lado, pelo menos em grande parte, a ideia inicial, que era a de duplicar a condição de atendimento ao público no nosso aeroporto e, mais do que isso, a de permitir que aviões de maior porte pudessem estacionar em função do prolongamento das pistas. Para que

---

isso acontecesse, Sr. Presidente, várias coisas foram feitas: casas foram desapropriadas, famílias foram mudadas de lugar, vilas foram construídas lá na Zona Norte de Porto Alegre, e agora, Ver. Janta, depois de dez, doze anos, parece que nada disso aconteceu. Simplesmente dizem que vai abrir agora uma licitação – e a palavra licitação está sendo usada no Brasil como se fosse a vara mágica que resolve qualquer problema – para que uma empresa privada assuma o controle do nosso aeroporto, e, nessa licitação, estará embutida a responsabilidade da ganhadora de não só administrar e concluir as obras desse aeroporto como também de fazer as obras do outro aeroporto.

Ai, meu Deus do céu, que coisa complicada! Não sei, Ver. Bernardino Vendruscolo, se, no fim, não vai ocorrer o que tem ocorrido com muita frequência nos últimos tempos no Brasil: abrem as licitações, o edital é malformulado, as exigências são exageradas, não aparece licitante, e o problema se prolonga apesar de a licitação ter sido publicada e ter sido convocada. Não basta licitar, tem que equacionar os problemas, tem que parar de empurrar com a barriga.

Eu não quero ser mau perdedor, Sr. Presidente, mas é extremamente significativo que, tão logo houve a reeleição da Presidente da República, no mesmo dia já aumentou... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) No mesmo dia aumentou o pedágio, e outros aumentos já começaram a surgir, as multas subiram 900%, o aumento da gasolina é iminente, o da eletricidade vai ser 30%, e isso tudo a gente não pode assumir de braços cruzados. Não sou favorável a esse movimento torpe que está se agravando e que quer o *impeachment*. O povo não nos ajudou a mudar nas urnas, agora nós temos que suportar e resistir como der à coisa que ficou instalada. Era isso, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia):** Obrigado, Ver. Reginaldo Pujol.

O Ver. Engº Comassetto está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**O SR. ENGº COMASSETTO:** Prezado Presidente, Ver. Professor Garcia; colegas Vereadores, Vereadoras; prezados visitantes, todos os que nos dão o prazer pela TVCâmara, venho aqui, em nome da minha Bancada, em nome do Partido dos Trabalhadores, trazer uma reflexão aos colegas Vereadores e a todos os defensores da

---

democracia. Os fatos ocorridos neste final de semana nos remetem a algumas reflexões: refiro-me aos atos organizados em algumas cidades como São Paulo, Brasília e Curitiba, pedindo o *impeachment* da Presidente Dilma, não somente o impedimento da Presidenta, mas pedindo a volta da ditadura militar. É importante destacar que, nessas cidades, o candidato do PSDB à Presidência da República Aécio Neves obteve votações expressivas, legítimas, sem dúvida. Todos nós sabemos que uma eleição é o momento em que há o acirramento de posições, a forte defesa de pontos de vistas, discursos radicais e, por vezes, até agressões físicas e verbais por parte dos eleitores, militantes e apoiadores dessa ou daquela candidatura. Mas vamos ficar nisso, colegas Vereadores, a democracia até tolera algum acirramento entre eleitores. Agora, fechadas as urnas e anunciados os vencedores, prezado Ver. Pujol, os verdadeiros defensores da democracia aceitam o seu resultado e voltam à luta institucional. Essa, sim, legítima e ocupando o seu espaço, seja na oposição ou na situação, sem abdicar de suas posições ou projetos.

O que vimos nesse final de semana foi o contrário disso, foi a negação de um resultado eleitoral sem que houvesse o menor sinal de fraude, sem que houvesse denúncias concretas sobre fatos também concretos que justificassem tal medida. De concreto, apenas o discurso daqueles que, durante todo o processo eleitoral, uniram em um mesmo discurso o ódio e o preconceito de classe. Não aceitar o resultado eleitoral que conferiu mais de 53 milhões de votos à Presidenta Dilma beira à irresponsabilidade. Irresponsabilidade essa que dialoga com o golpismo; irresponsabilidade essa que vai contra tudo o que a sociedade brasileira defendeu e construiu com muito sangue, suor e lágrimas nas últimas décadas, ou seja, a liberdade, a democracia, a participação social, o direito de escolher, de forma direta, aqueles ou aquelas que serão os nossos representantes.

A esse filme, que poucos foram às ruas defender, neste final de semana, os brasileiros e brasileiras já assistiram. E todos sabemos que seu final foi o mais sombrio, injusto e excludente produzido em nossa história recente, e é sempre bom lembrar que foi produzido a partir de um discurso muito parecido, se não igual, àquele proferido pelos organizadores das manifestações. E eles o fizeram justamente num momento em que o Brasil vive seu maior período de democracia sem interrupção institucional na história da nossa República, num momento em que há pleno respeito, garantia e cumprimento do estado democrático de direito. A democracia é algo que nos é caro, não no sentido do seu

---

custo financeiro, mas no seu significado, na sua prática e na sua garantia de liberdade, de igualdade e de fraternidade, preceitos que, se nos forem retirados, aí sim, com toda a nossa disposição para a luta, deverão ser defendidos nas ruas, em todos os momentos. E, aqui neste Parlamento, nós praticamos, sim, a democracia e temos que a defender em todos os espaços. Quero dizer àqueles que foram no final de semana às ruas, gritando e pedindo a volta da ditadura militar, que isso é muito fácil de fazer na democracia... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) Agora, quero ver, em plena ditadura, ir para as ruas defender a democracia, como muitos companheiros e partidos que aqui estão fizeram. Então, colegas Vereadores, esse é um tema da democracia, esse é um tema da República, esse é um tema de todos nós. A liberdade e a democracia foram construídas e estão em consolidação neste País. Não podemos permitir que se vá para as ruas em nome da sociedade brasileira pedir a volta da ditadura militar. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia):** Srs. Vereadores, quero dizer que, hoje à tarde, recebi da Presidência do Tribunal Regional Eleitoral e do Diretor da Escola Judiciária, o Desembargador Marco Aurélio Heinz, um convite para a abertura do I Simpósio de Democracia Digital, que será no dia 13, extensivo a todos os Vereadores. Sem sobra de dúvida, o assunto democracia digital passa a vigorar como um dos itens mais importantes para as próximas eleições.

A Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**A SRA. MÔNICA LEAL:** Ver. Professor Garcia, Presidente da Câmara Municipal de Porto Alegre; Vereadores e Vereadoras, pessoas que nos assistem, que nos prestigiam com suas presenças e através da TVCâmara, hoje, 3 de novembro, é o dia de criação da Guarda Municipal de Porto Alegre, são 122 anos da Guarda Municipal. O ano era de 1892, e ela foi instalada através do Ato nº 06, instituído pelo Intendente do Município, Alfredo Augusto de Azevedo. A Guarda Municipal, sabemos, faz parte da nossa segurança e é uma referência para a população. Realiza patrulhamento nos parques, nas praças, a defesa dos bens públicos, cuida das nossas escolas, enfim, vem agindo sempre na segurança preventiva.

---

No meu primeiro mandato, em 2005, eu me empenhei muito, quando Vice-Líder do Governo Fogaça, pelo projeto de armar a Guarda Municipal, que, até então, não podia utilizar armas. Isso foi efetivado pela Prefeitura, esse projeto entrou no ano de 2005, e nós, então, vencemos uma luta, uma batalha, porque havia um movimento para que a Guarda não utilizasse armas. Ora, vejam os senhores: nós precisávamos dar as condições para que esses agentes, que prestam a segurança das ruas, dos bens públicos, das escolas, dos parques, pudessem fazer o uso de armas.

Naquela época, iniciou-se o processo de modernização da corporação, com aquisição de equipamentos, viaturas e qualificação do efetivo. Quero também registrar aqui que o Ver. Kevin Krieger foi Secretário nesta época, de 2005 a 2008. Então, o Partido Progressista tem também muito vínculo com a Guarda Municipal, com a segurança da cidade de Porto Alegre. Naquela época, nós, Vereadores, buscamos que a Guarda tivesse reais condições de efetuar um trabalho em segurança e, principalmente, que tivesse melhores condições de trabalho. Nós sabemos que é tarefa da Guarda receber as denúncias da atuação de pichadores, através do Disque-Pichação, número 153, e realizar os flagrantes. Em 2006, eu sugeri ao Executivo Municipal, na época em que o Ver. Kevin Krieger era o Secretário, que fosse instalado esse serviço, que foi implantado e age de forma eficiente contra o avanço da pichação na Capital. Já naquele momento, em parceria com o Secretário Kevin Krieger, nós, aqui na Câmara, tínhamos reais condições de efetivar aquele flagrante, porque de nada adianta as pessoas não terem condições de denunciar quando presenciam um monumento ou prédio público ser pichado. Então o Disque-Pichação, através dessa sugestão, implementado pelo Executivo, em parceria com a Guarda, foi um grande ganho para a cidade de Porto Alegre.

A Guarda Municipal é um patrimônio de Porto Alegre, é composta por homens e mulheres corajosos e dedicados, que merecem o nosso reconhecimento, respeito e incentivo. Eu poderia citar aqui inúmeras ações da Guarda Municipal e lembro de algumas que ficaram muito vivas, presentes, que foram marcantes, como a invasão da Câmara Municipal. Nós tivemos como segurança a nossa Guarda, que estava ali atuante. Eu também citaria a invasão, a quebradeira no Ginásio Tesourinha como um momento difícil que Porto Alegre viveu, e ali estavam os valorosos e bravos agentes da Guarda Municipal atuando.

Não é possível falar em Guarda Municipal sem citar dois nomes que fizeram a história da Guarda Municipal: o Delegado Heitor Bonorino, Chefe da Guarda na época do Thompson

---

Flores, e o Coronel Romeu Rodrigues da Cruz. São dois registros que eu faço, em nome da Bancada do Partido Progressista – do Ver. Villela, do Ver. Kevin Krieger e do Ver. Nedel.

(Não revisado pela oradora.)

**O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia):** O Ver. Kevin Krieger está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pelo Governo.

**O SR. KEVIN KRIEGER:** Boa tarde, Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; agradeço ao nosso Líder de Governo, o Ver. Mario Fraga, por ceder a Liderança de Governo. Quero também fazer uma manifestação breve, Ver.<sup>a</sup> Mônica, em relação à nossa querida e valorosa Guarda Municipal, que completa 122 anos. Sem dúvida nenhuma, são 122 anos de serviços prestados à cidade de Porto Alegre e aos nossos cidadãos. Em nome do Comandante Nilo Bottini, quero parabenizar todos os guardas que estão aqui conosco cuidando da nossa Câmara Municipal, do nosso patrimônio público e dos servidores.

Tive a alegria, a satisfação, a honra de ter sido Secretário de Direitos Humanos e Segurança Urbana na primeira gestão do Prefeito Fogaça, de 2005 a 2008, quando aprendi muito com a nossa Guarda Municipal. Eu pude desenvolver um trabalho sério com os nossos servidores, pudemos construir uma política de segurança pública municipal. Posso elencar o nosso Disque-Pichação, Ver.<sup>a</sup> Mônica, mas lembro muito bem que naquele momento nós tínhamos um grande problema a ser enfrentado, que era o Estatuto do Desarmamento, pelo qual todos os cidadãos de bem ficariam desarmados. Inclusive, exigia pré-requisitos que a nossa Guarda deveria vencer, e, em pouco tempo, nós encaminhamos um projeto para a Câmara Municipal da Ouvidoria e da Corregedoria da Guarda, fizemos todos os testes psicológicos e psicotécnicos e toda a qualificação da Guarda Municipal em relação à arma de fogo e à qualidade do tiro, à qualidade do curso para usar a arma de fogo. Diversos dos nossos guardas foram aprovados e até hoje utilizam o porte de arma.

Nesses dez anos de atividades da Guarda Municipal, não vimos praticamente nenhum fato negativo. Muito pelo contrário, vimos somente fatos positivos. Um deles foi na Redenção, quando tivemos um taxista sendo assaltado, e um guarda que estava no

---

programa Vizinhança Segura, dentro do Parque da Redenção – até então somente trabalhava dentro do patrimônio público; na nossa gestão, a Guarda veio a trabalhar também nos parques e praças da nossa Cidade –, evitou a morte do taxista, de um trabalhador naquela época. Também deixamos para a Guarda Municipal um centro de treinamento e formação que hoje continua fazendo o seu trabalho, a entrega do porte de armas, o programa Vizinhança Segura, o Grupo Especializado de Motocicletas – GEM, que faz um trabalho espetacular na nossa Cidade, junto ao Exército, junto à Secretaria do Estado, fazendo toda a parte de acompanhamento das autoridades.

Então quero aqui parabenizar a nossa Guarda Municipal pelos 122 anos, principalmente pelo trabalho que faz na cidade de Porto Alegre, garantindo a defesa do nosso patrimônio público. O que seriam das nossas escolas municipais se não fosse a Guarda Municipal? O que seriam das nossas Unidades de Saúde se não fosse a Guarda Municipal? O que seriam dos nossos parques e das nossas praças se não fosse a Guarda Municipal? Então quero mais uma vez, lembrando o nosso comandante da Guarda Municipal Nilo Bottini, parabenizar todos os servidores da nossa Segurança Municipal; aos nossos guardas, o nosso reconhecimento, o nosso carinho e o nosso respeito. Um abraço.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia):** O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**O SR. CLÁUDIO JANTA:** Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, realmente, o que falou aqui o Líder do PT nos traz a esta tribuna para fazermos uma reflexão, Ver. Pujol, nós, que lutamos muito para que a democracia fosse restabelecida neste País, para que pudéssemos estar nesta tribuna, nas ruas deste País, nas portas de fábricas, nos canteiros de obras, nas lojas, praças, nos parques desta Cidade, indo às urnas no dia 6 e 26 de outubro, jamais vamos admitir que se fale novamente, neste País, na volta de um regime que tire o direito das pessoas, que tire a liberdade das pessoas.

Acho que tivemos uma eleição da qual o povo brasileiro participou de forma democrática, com vários debates, programas de rádio e televisão, e o povo, certo ou errado, foi às urnas, votou e escolheu os seus representantes. Cabe a nós respeitarmos essa decisão do povo – sábia ou não, é a decisão do povo, e cabe-nos respeitar. Esse povo que elege

---

homofóbicos, que elege preconceituosos, que elege homossexuais, que elege sindicalistas, que elege uma maioria do Congresso de empresários, que elege uma grande maioria do Congresso de evangélicos, que elege médicos, advogados, representantes da agricultura, representantes do movimento dos sem-terra, do movimento dos trabalhadores foi às urnas e elegeu as pessoas que lá no Congresso estão. Cabe a nós, à democracia, às pessoas de bem respeitar essa vontade popular; e cabe-nos cobrar, fiscalizar, ir às ruas e exigir, pacificamente, que as questões sejam cumpridas, principalmente, a Constituição, zelando pela democracia deste País, pelo Estado Democrático de Direito. Isso cabe a todos nós.

Não nos cabe insuflar, propagandear uma ditadura de direita, uma ditadura de esquerda, ou qualquer tipo de ditadura. Nós vivemos numa democracia há 20 anos; vivemos num Estado Democrático de Direito em que muitas vezes acertamos, muitas vezes erramos, mas temos esse direito, fundamental, de acertar e errar, de lutar. Temos uma democracia neste País. Então, eu acho que podemos contestar a forma como a eleição foi feita, de os candidatos não terem tempo igual de tevê, nós podemos contestar o uso da máquina pública, nós podemos contestar a doação de empresas para as campanhas, as emendas que os Parlamentares têm, várias coisas nós podemos. Agora, a democracia neste País, o direito ao voto que todos nós temos, independente de religião, independente de raça, independente de cor, independente de faixa de renda, isso jamais nós podemos permitir que seja contestado.

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) Nós lutamos muito para garantir a democracia neste País e não podemos permitir que se retroceda jamais. Eu acho que cabe a todos nós repudiar esses atos fascistas, esses atos demagogos, esses atos extremistas tanto de direita como de esquerda que querem impor regimes autoritários no País. Este País é democrático, este País é do povo brasileiro, este País é de todos nós. E viva a democracia brasileira! Viva o povo brasileiro! Não vamos permitir, em hipótese nenhuma, que qualquer ameaça à democracia seja aceita neste País, nos Parlamentos deste País. Viva a democracia brasileira, viva o povo brasileiro!

(Não revisado pelo orador.)

**O Sr. Pedro Ruas (Requerimento):** Sr. Presidente, solicito a alteração da ordem dos trabalhos, para que possamos, imediatamente, entrar na Ordem do Dia. Após retornamos à ordem normal.

**O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia):** O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**O SR. IDENIR CECCHIM:** Sr. Presidente, Sras. Vereadores, Srs. Vereadores, eu não gosto muito de fazer certas denúncias ou de falar de pessoas ou de reclamar das pessoas sobre aquilo que escrevem nas suas páginas do Facebook. Agora, eu queria ler o que uma pessoa postou e depois vou dar o nome dessa pessoa. O que ele postou na sua página: “Trabalhou na empresa Al Qaeda. Mora em Abbottabad” – esta é a cidade onde o Bin Laden foi morto. Esse cidadão é funcionário da Prefeitura! Vejam o que mais ele escreveu depois: “Judeus não são eventualmente maus, eles são a maldade em forma de gente, o que eles fazem é sempre mau”. Imaginem um funcionário público, de curso superior, fazer isso! Quando ele reclama de uma raça, dizendo-se da Al Qaeda, fazendo um chamamento ao terrorismo, Ver.<sup>a</sup> Mônica, e quando ele se refere aos judeus como se referiu, o que fazer com uma pessoa dessas, que trabalha na Secretaria da Cultura?

Ele não é funcionário de confiança, é um funcionário concursado, ou pior, é um desses que faz a escolha dos imóveis para serem listados. Nós estamos nas mãos desse tipo de gente para influenciar, nomear e decidir, muitas vezes – esse tipo! Isso é muito grave, porque hoje ele se refere aos judeus; amanhã, aos negros... E a quem mais, eu não sei, ele vai se referir desse jeito? Faz um comentário desastroso! Ele é funcionário público municipal da Secretaria da Cultura, arquiteto lotado na Usina do Gasômetro, funcionário público municipal. Então, é na mão de gente como essa que nós estamos.

E eu estou lendo isso, para que vocês me ajudem a definir o que se tem que fazer com isso; se é chamá-lo para explicar, porque o Secretário não tem culpa, e ele é um funcionário público concursado. Agora, mesmo sendo concursado, ele não tem o direito de propagar o terrorismo e discriminar nenhuma raça. Não sei se foi no horário de trabalho que ele fez isso ou não, isso não importa. O que importa é que ele é funcionário público da cidade de Porto Alegre, e eu não posso me calar. Volto a repetir o que esse

---

cidadão postou no Facebook: “Judeus não são eventualmente maus, eles são a maldade em forma de gente, o que eles fazem é sempre mau”.

A moça que chamou de macaco o jogador Aranha, do Santos, disse que era brincadeira, mas não adiantou: ela está pagando! Não adianta esse cidadão tentar dizer que é brincadeira, porque ele escreveu... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) Eu tenho certeza de que a comunidade judaica do Rio Grande do Sul, de Porto Alegre, vai tomar uma providência quanto a isso. Eu estou fazendo a minha obrigação, ao tomar conhecimento disso, de denunciar e, sinceramente, espero que meus colegas Vereadores me ajudem a decidir o que fazer com esse cidadão! Agora, dou o seu nome: Carlos Alberto Sant’Ana. Esse é o cidadão! Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia):** Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Mario Fraga, o Requerimento de autoria do Ver. Pedro Ruas. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 24 votos **SIM**; 1 **ABSTENÇÃO**.

(17h10min) Havendo quórum, passamos à

## **ORDEM DO DIA**

**O Sr. Cláudio Janta (Requerimento):** Sr. Presidente, solicito a alteração da ordem da priorização de votação, para que possamos, logo após a votação do Requerimento nº 097/14 e da Indicação nº 014/14, passar à renovação de votação da Subemenda nº 01 à Emenda nº 01 ao PLL nº 246/13 e à discussão e votação do PLL nº 118/13. Após retornaremos à ordem normal.

**O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia):** Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Cláudio Janta. (Pausa.) O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria do Ver. Cláudio Janta.

**O SR. IDENIR CECCHIM:** Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, eu entendo que a proposta do Ver. Dr. Thiago é uma proposta honesta e também entendo

---

que estiveram aqui algumas pessoas que fizeram a operação bariátrica – inclusive, eu, o Dr. Thiago e o Ver. Janta somos todos candidatos a isso. Nós, os gordinhos, somos todos candidatos a isso, Ver. Raul. Então, fica muito difícil eu votar uma matéria dessas, Ver. Delegado Cleiton – que estava tranquilo, eu não havia observado que V. Exa. é do nosso time de gordinhos também –, porque seria uma discriminação. Primeiro, é discriminado porque é gordo; segundo, é discriminado porque fez a cirurgia; terceiro, é discriminado porque os restaurantes vão querer cobrar o atrasado, se descontarem o adiantado. Hoje, quem não fez a cirurgia não paga o dobro. Tenho medo de que, se nós votarmos uma proposta dessas, eu tenha que começar a pagar mais nos restaurantes.

Então, sinceramente, respeitosamente, Ver. Dr. Thiago, eu não vou acompanhar V. Exa. nessa proposta. Acho que isso é discriminar quem é bom prato, quem come pouco. Enfim, se começarmos a discriminar na hora da mesa, eu acho que fica ruim; não dá para discriminar por quanto a gente come. Já existe o sistema de peso por aí. Se quiser pagar pouco, comer pouco, usa o sistema do peso. Mas eu não quero, depois que eu fizer a minha operação, ser discriminado. Eu não quero ser discriminado.

**O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia):** Ver. Cecchim, desculpe-me interromper V. Exa., eu só quero lembrar que nós estamos votando a solicitação do Ver. Cláudio Janta, não é especificamente a matéria. O Ver. Cláudio Janta está solicitando que nós possamos votar numa outra ordem.

**O SR. IDENIR CECCHIM:** Então, eu quero, Ver. Cláudio Janta, esperar para discutir um pouco mais. Quem sabe, o Ver. Dr. Thiago tenha alguma ideia para ajustar o projeto. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia):** O Ver. Dr. Thiago está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria do Ver. Cláudio Janta.

**O SR. DR. THIAGO:** Ilustre Presidente, ilustres colegas Vereadores e Vereadoras, eu quero, primeiro, encaminhar com relação à votação. O Ver. Cecchim entrou no mérito do projeto, que depois poderíamos discutir, quando ocorrer a votação, e o projeto está há

---

quatro meses na Ordem do Dia para ser votado, para ser priorizado, e não o foi. Eu acho que esta Casa precisa enfrentá-lo, já que, desde o ano passado, vêm aqui os operados bariátricos, vêm aqui as pessoas com sobrepeso e com obesidade mórbida, e a Casa não enfrenta o tema. Então, V. Exa. fez um encaminhamento de votação, e tem que ser votado o encaminhamento...

**O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia):** Vereador, o Requerimento que vai ser votado é o anterior, do Ver. Cláudio Janta. O Ver. Cláudio Janta fez um novo Requerimento, mas não é o que está em votação.

**O SR. DR. THIAGO:** Exatamente. Então tem que ser votado primeiro o encaminhamento do Ver. Janta, mesmo que ele tenha mudado de opinião ao longo desse processo.

A segunda questão que o Ver. Idenir Cecchim adentrou, com relação ao mérito, eu vou pedir que o Vereador leia atentamente o projeto: sugere que os bares, restaurantes e estabelecimentos similares concedam desconto especial ou prato especial naquelas situações em que não houver a modalidade por peso. Se há a modalidade por peso, não há problema; agora, se não há essa modalidade, eles têm que oferecer desconto ou prato especial. Não está nem se falando em 50% aqui. E isso se trata de justiça, é simples: se o operado bariátrico não come a quantidade necessária para se chegar àquele peso, é óbvio que ele tem direito de não ser onerado nesse sentido. Além disso, existe a questão – nós já fizemos um seminário nesta Casa sobre obesidade mórbida – da estimulação hiperalimentar. Isso é um dos grandes problemas com relação à obesidade. E muitas vezes, Ver. Idenir Cecchim, como o Vereador falou aqui, ele é segregado por não poder ir ao mesmo ambiente em que outras pessoas que não fizeram redução de estômago estão indo. Então, eu peço que leiam com atenção. É um projeto que foi discutido com a sociedade civil; é um projeto que foi discutido com os sindicatos dos bares e restaurantes; é um projeto trazido pelos operados bariátricos aqui; projeto extremamente singelo. Nós pedimos a colaboração e a participação dos colegas.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia):** O Ver. Márcio Bins Ely está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria do Ver. Cláudio Janta, pelo Governo.

**O SR. MÁRCIO BINS ELY:** Sr. Presidente, na pessoa de V. Exa., cumprimento os Vereadores e as Vereadoras, público que nos assiste nas galerias e pela TVCâmara. Venho a esta tribuna, Sr. Presidente, porque, na quinta-feira, na Reunião de Mesa e Lideranças, nós estabelecemos uma prioridade. Então, o que acontece é que aquele é o momento de nós fazermos a priorização. O Ver. Pedro Ruas estava na Mesa e pediu que o processo dele fosse o primeiro; nós estávamos presentes na reunião, fizemos um Requerimento, em nome da Bancada do PDT, para que o projeto de autoria deste Vereador fosse o segundo, e foi aprovado. Nós estamos aqui solicitando aprovação do projeto que inclui as efemérides Dia Municipal do Médico Mastologista e Semana Municipal do Médico Mastologista no calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre, em homenagem ao Outubro Rosa, que até já passou.

Então, se cada vez que nós tivermos aqui uma votação, vamos fazer aquela alteração de plenário, nós vamos prejudicar a Reunião de encaminhamento de Mesa e Líderes, que ocorrem nas quintas-feiras. Queria fazer aqui um pedido aos Vereadores para que a gente possa permanecer com a priorização que foi dada pelos Líderes na quinta-feira. E, na quinta-feira da semana que vem, aqueles Vereadores que quiserem priorizar os seus, naquela ordem que fica preestabelecida pelos Líderes, podem o fazer na Reunião de Mesa e Lideranças, sem nenhum constrangimento ao encaminhamento do Ver. Dr. Thiago e do Ver. Cláudio Janta, mas entendendo que a ordem que ficou preestabelecida na quinta-feira, pelos Líderes presentes na Reunião de Mesa e Lideranças, deve prevalecer. Então, fica esse encaminhamento. Agradeço aqui ao Ver. Mario Fraga por me conceder o tempo de Governo.

(Não revisado pelo orador.)

**O Sr. Delegado Cleiton:** Presidente, antes de fazermos as defesas aqui, não sei se há condições de fazermos a votação do primeiro projeto, até em respeito aos serventuários do Poder Judiciário e do Ministério Público que estão aqui desde cedo. Nós já fizemos várias homenagens aqui, justas, é claro, e agora estamos fazendo defesa de tese e Requerimento, e o pessoal ali esperando a tarde inteira.

---

**O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia):** Vereador, eu quero só dizer que V. Exa. sabe o rito processual. Qualquer Vereador aqui tem legitimidade para pedir qualquer alteração, e nós vamos continuar votando desde que o Vereador proponha.

**O Sr. Mario Fraga (Questão de Ordem):** Presidente, duas Questões de Ordem. Uma de esclarecimento: eu cedi o tempo de Governo, só o tempo; não é a posição do Governo a do Ver. Márcio Bins Ely. E a segunda é sobre o fato, sobre o ato que está acontecendo. Se não há mais Requerimento, e eles discutiram, o que vai acontecer agora se o Ver. Cláudio Janta retirou o Requerimento?

**O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia):** Não, o Ver. Cláudio Janta não retirou. Ele tentou...

**O Sr. Mario Fraga:** Então, ele vai retirar. Eu falei com ele, disse que iria retirar.

**O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia):** Não sei. Nós estamos no encaminhamento, agora não cabe mais retirar. Nós vamos votar e podemos derrubar a solicitação do Vereador, mas não cabe, depois que entrou em votação, retirar.

Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Márcio Bins Ely, o Requerimento de autoria do Ver. Cláudio Janta. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 12 votos **SIM**; 9 votos **NÃO**; 4 **ABSTENÇÕES**.

**O Sr. Delegado Cleiton (Requerimento):** Sr. Presidente, solicito alteração da ordem de priorização de votação para que possamos, logo após a renovação de votação da Subemenda nº 01 à Emenda nº 01 ao PLL nº 246/13 e da discussão e votação do PLL nº 118/13, entrar na discussão e votação do PLL nº 040/13 e na votação da Indicação nº 055/14. Após retornaremos à ordem normal.

**O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia):** Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Delegado Cleiton. (Pausa.) O Ver. Bernardino Vendruscolo está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria do Ver. Delegado Cleiton.

---

**O SR. BERNARDINO VENDRUSCOLO:** Sr. Presidente, desde já, vou pedir ao autor do projeto no sentido de que eu possa fazer um resumo muito rápido do projeto, Ver. Delegado Cleiton. Vereador Delegado Cleiton, eu vou votar com V. Exa., mas vou lhe fazer um pedido: tramitava aqui nesta Casa – segundo me consta, a não ser que tenham desistido – uma solicitação de alteração no projeto de autoria do Ver. João Antonio Dib. O projeto dizia que, na Área Azul, o tíquete deveria sair em duas vias: uma para ficar no automóvel, e a outra para ficar com o motorista. Vejam só, eu não tenho informação se esta Casa votou este projeto ou não, essa alteração ou não, se alterou essa lei ou não. A justificativa para a alteração se baseava no seguinte, pasmem, senhores: traziam muito gasto para o Executivo duas vias daquele tíquete da Área Azul.

Então, eu vou votar com V. Exa., mas, por favor, vou lhe fazer um pedido: para retomarmos esse assunto da Área Azul, porque contra particular vale tudo, e o Poder Público não precisa se preocupar tanto com o consumidor? Está errado. Nós precisamos resgatar isso, Delegado Cleiton, porque o povo precisa receber, na Área Azul, duas vias. Veja V. Exa. que abre um precedente obrigando o particular. Então, vou lhe fazer um pedido especial: se V. Exa. não encaminhar o projeto, eu o encaminharei e convidarei os demais Vereadores para fazermos isso, fazer justiça, porque é inconcebível impor aos particulares uma condição que o Poder Público não atende. E houve, sim, uma lei aprovada aqui, de autoria do Ver. João Antonio Dib, e veio, logo em seguida, uma alteração do Executivo pedindo para revogar aquele artigo que tratava da obrigatoriedade de se colocar duas vias no estacionamento da Área Azul. Isso significa uma segurança a mais para o motorista, vejam só, porque ele passa a ter a certeza, a segurança e a prova de que deixou seu automóvel na via pública, e com o controle do horário.

Então, Ver. Delegado Cleiton, vou votar com V. Exa., não há dúvida, mas vou lhe fazer um convite: V. Exa. está credenciado, mais do que ninguém, a resgatar essa situação. Ou a lei foi revogada, e nós precisamos retomar o estado em que ela foi proposta originalmente, ou vamos exigir que o Governo cumpra a lei, colocando, nas máquinas da Área Azul, duas vias. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia):** O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento de autoria do Ver. Delegado Cleiton.

**O SR. REGINALDO PUJOL:** Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, estamos votando aqui o Requerimento que altera a ordem de votação das matérias que estão estabelecidas na programação distribuída pela Diretoria Legislativa. Mantido o primeiro Requerimento, posteriormente, nós passamos a ter o segundo, que é o nº 10, depois, o 12, o 13, o 15, volta para o 12 e termina no 18. Vale dizer, projetos do Ver. Janta, projetos do Ver. Cleiton e projetos do meu querido amigo Dr. Thiago. Nós estamos discutindo todo este tempo para votar esses projetos. Esses colegas nossos merecem a nossa atenção, mas, também, há vários outros colegas que têm projetos aqui estabelecidos, e a seu juízo esses projetos teriam tanta razão quanto os demais, Ver.<sup>a</sup> Lourdes, de serem priorizados aqui na Ordem do Dia.

Se existem dois Vereadores que hoje tenho muito orgulho de ter no meu relacionamento pessoal, até porque temos tido muita coincidência de posições nos últimos tempos, são os Vereadores Janta e o Dr. Thiago, a quem tenho muito apreço e muito respeito, mas tenho tanto apreço e tanto respeito a ambos que eles vão compreender a minha posição. Acho que essa mediação de alterar toda a hora a Ordem do Dia tem que ter certo critério. Há projetos meus que também poderiam ser votados, há outros tantos Vereadores que também poderiam estar na mesma situação. Não me conformo com o fato de que, com essa quantidade de projetos, o primeiro seja um Requerimento do Ver. Pedro Ruas, é o número um, está escrito aqui que é o número um, não foi eu quem colocou aqui, eu teria outra posição a meu juízo, mas tenho que respeitar a ordem que veio da Direção.

Então, se ficarmos com esse costume de, todos os dias, querer fazer esse trabalho de remontar a ordem da votação na hora em que ela vai ocorrer, nós vamos incorrer sempre nesse mesmo erro, o erro de protelar a votação, e, daqui a pouco, não vamos ter quórum para votar coisa nenhuma. Por isso, Sr. Presidente, sabendo que vou ser derrotado de antemão, por uma questão de coerência, voto contra o estabelecimento dessa ordem e quero ficar com a ordem original. Era isso, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

**O Sr. Delegado Cleiton:** Sr. Presidente, retiro o meu Requerimento. Todo mundo faz, e, diga-se de passagem, sou um dos Vereadores que ficam até tarde para votar. Há projetos que há horas estão na pauta, por isso o meu pedido e porque já fizeram antes. Então,

---

retiro e peço que votem logo o primeiro na ordem solicitada anteriormente. Retiro o pedido, mas dizendo que fico até tarde, voto e peço para votarem. Isso é feito todos os dias, senhores.

**O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia):** Ver. Delegado Cleiton, ouvi atentamente, mas V. Exa. sabe que, depois que está em encaminhamento, não pode retirar. Cabe a mim colocar em votação o projeto ou requerimento. Aí, V. Exa. certamente quer que vote contra, mas cada Vereador aqui tem a sua consciência, fica no horário que quiser, e cada Vereador vai votar.

Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Márcio Bins Ely, o Requerimento de autoria do Ver. Delegado Cleiton. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) 6 votos **SIM**; 8 votos **NÃO**; 3 **ABSTENÇÕES**. Não há quórum.

(17h41min) Encerrada a Ordem do Dia.

**O Sr. Pedro Ruas:** Sr. Presidente, quero fazer um protesto. Nós tivemos quórum em vários momentos. Meu protesto é porque não houve consideração com as pessoas presentes aqui. Os serventuários do Poder Judiciário, do Ministério Público estão aqui. Nós tivemos mais de uma vez condições de votar o projeto e não votamos. Houve até um alerta do Ver. Delegado Cleiton, além dos vários que eu fiz. Então eu peço desculpas em nome da Casa. A votação ficará para quarta-feira. Os serventuários estão aqui com a pauta justa. Passaram toda a tarde aqui, desde as 14h, e nós não conseguimos votar. Isso é inacreditável!

**O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia):** Feito o protesto. Vossa Excelência sabe que é do rito processual, V. Exa. mesmo, várias vezes, já entrou com requerimento, como qualquer Vereador pode entrar. Hoje foi o Ver. Cláudio Janta, depois o próprio Delegado Cleiton, mas já estávamos votando. Esse é o rito processual. Claro que entendo que as pessoas estão aqui desde as 14h, mas a Casa tem esse rito.

**O Sr. Aírto Ferronato:** Presidente, mesmo acompanhando a posição do Ver. Pedro Ruas, que está correta, eu quero registrar que a Mesa andou corretamente com o rito processual.

**O Sr. Cláudio Janta:** Sr. Presidente, eu só quero fazer um registro. Desde que eu e o Ver. Delegado Cleiton assumimos nesta Casa – somos de primeira viagem, junto com o Cassio Trogildo e o Roni Casa da Sopa –, é a primeira vez que vejo votação nominal para inverter a pauta. Então criamos um critério que, provavelmente, vai dificultar muito as votações, pois vai permitir que todos os Vereadores peçam votação nominal para a inversão de pauta. É um critério aberto por esta Casa. Muito participei de reuniões de Líder, não nesta semana, mas lá se definia a pauta, e aqui ela era toda mudada. Projetos que estamos pedindo para entrar em pauta estão desde o início do ano. Em compensação, deixamos entrar títulos e homenagens, porque a gente entende que precisamos de quórum. Então hoje abrimos um precedente nesta Casa que pode muito bem continuar travando os processos de votação nesta Casa.

**O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia):** Ver. Cláudio Janta, eu só quero contestá-lo informando que várias vezes, em processo de encaminhamento, alguns Vereadores pedem – é questão nominal, até é uma prática da oposição e situação aqui da Casa – que não haja quórum, algo que também é do rito processual.

**O Sr. Dr. Thiago:** Sr. Presidente, eu quero solicitar que a ordem que foi estabelecida hoje seja mantida para a próxima quarta-feira.

**O SR. PRESIDENTE (Professor Garcia):** Vereador, como já foi votado, é o que está. Eu quero ressaltar que qualquer Vereador, ao ingressar na Ordem do Dia, pode pedir uma nova alteração.

Aprego Ofício nº 992/14, do Sr. Prefeito Municipal, que comunica que se ausentará da Cidade no período de 9 a 11 de novembro de 2014, ocasião em que estará em São Paulo para participar, na condição de Presidente da Frente Nacional de Prefeitos, da 66ª Reunião Geral da FNP.

Aprego Ofício nº 994/14, do Sr. Prefeito Municipal, solicitando que o Presidente da Câmara Municipal de Vereadores assumo o Executivo Municipal nos dias 10 e 11 de novembro, tendo em vista viagens anunciadas no Ofício nº 992/14, viagem desse signatário na condição de Presidente da Frente Nacional de Prefeitos, e comunico viagem

em missão oficial do Sr. Vice-Prefeito, Sebastião Melo, ambos encaminhados para conhecimento e apreciação desta Casa.

Apregoo PR nº 016/14, de autoria dos Vereadores Dr. Thiago e Bernardino Vendruscolo. Apregoo Memorando de autoria da Fernanda Melchionna, nos termos do art. 227, § 6º do Regimento – justificativa de falta –, que comunica a sua participação na reunião do Grupo de Trabalho, na sala nº 302, deste Legislativo, no dia de hoje.

Passamos ao

## **GRANDE EXPEDIENTE**

O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra em Grande Expediente, por cedência de tempo da Ver.<sup>a</sup> Sofia Cavedon.

**O SR. MAURO PINHEIRO:** Presidente Professor Garcia, demais Vereadores e Vereadoras, público que nos assiste; durante esse final de semana, Ver. Mario Fraga, Líder do Governo, a partir de sexta-feira, o meu telefone tocou várias vezes, e eu escutei reclamações sobre a saúde. Inclusive, recebi um documento sobre condições de trabalho e risco à segurança e saúde dos pacientes e servidores do HPS e SAMU, Ver. Dr. Thiago, Presidente da Comissão de Saúde. (Mostra documento.) Este documento é assinado por funcionários. Muitas vezes, recebemos denúncias em que as pessoas não querem se identificar; esses funcionários estão se identificando e fazendo denúncias sérias.

(Lê.) “A CSST/SMS e CORES/HPS solicitam a intervenção dos responsáveis do MP Contas, MP Direitos Humanos, MP Meio Ambiente, Ministério da Saúde, CGU, Anvisa e CMS na busca de solução a várias irregularidades que vêm ocorrendo no HPS e SAMU causando prejuízo à saúde dos servidores, pacientes, usuários e meio ambiente de modo geral.

“Neste momento temos vários servidores do HPS afastados com pneumonia, como nunca tivemos antes. Trabalhamos em locais insalubres ao natural com todos os meios de proteção disponíveis, o que pensar nestas condições onde temos que nos socorrer do pátio deste hospital ou uma janela para recuperar a falta do ar condicionado que não temos e nos deparamos com toda forma de detritos de uma reforma no local interminável, onde estamos expostos à poeira, tinta, cola altamente tóxica. Há mais de 60 dias o ar

---

condicionado da UTI do Trauma, no 3º andar, da UTI de Queimados, no 4º andar, e Unidades de Internação Neurológica do HPS estão aguardando por manutenção; o contrato com a empresa responsável pela manutenção da rede de ar condicionado terminou em 30 de agosto de 2014. Desde então, intensificou-se a precarização das condições de trabalho, reduzindo o desempenho dos servidores e prejudicando a saúde desses e dos pacientes internados, pois a ventilação natural, com pequenas janelas nas UTIS e unidades, é insuficiente e inadequada, principalmente nos dias de temperatura elevadíssimas. Muitas vezes nem é possível abri-las, pois, em função da obra em andamento no Hospital, é facilitada a entrada de pó, do cheiro de tinta e aves (pombos) nas Unidades. Esta situação está na contramão do que os órgãos oficiais vinculados ao Ministério da Saúde preconizam para a segurança do paciente, como a redução das infecções hospitalares e a saúde dos trabalhadores.

“O acolhimento a pacientes, motorista e usuários que trazem pacientes graves ao HPS, utilizando a entrada pela Av. Venâncio Aires, está totalmente desassistido. No momento, o Hospital não tem recepção com profissionais da área da Saúde para acolher os pacientes que chegam de ambulâncias ou em carros particulares; são os vigilantes ou os próprios motoristas das ambulâncias que tentam dar conta de encaminhar familiares para fazer o boletim, retirar carros e ambulância que não podem ficar no local e levar o paciente ao setor para o atendimento.

“Outra ocorrência grave é a presença de trabalhadores de empresa terceirizada na cozinha do Hospital; estes não têm nenhum treinamento e são substituídos a todo instante – a relação com estes trabalhadores é por número do posto de trabalho –, sem uniforme e critério de escolha para atuarem em área tão específica quanto à do serviço de nutrição. Esta cozinha faz 2.700 refeições por dia, que são distribuídas aos PAs, na Bom Jesus, na Lomba do Pinheiro e na sede do SAMU. Esses locais são fora do HPS. A começar pela forma como são transportados estes alimentos, sem as mínimas condições de higiene e outros cuidados. Quando, na verdade, a cozinha do HPS deveria servir a nutrição tão somente para os pacientes internados no Hospital. Trabalhadores terceirizados da higienização são encaminhados para suprir a falta de pessoal neste setor, sem nenhum critério quanto às condições de saúde ou técnica.

“Quanto às instalações do SAMU, no 5º andar do prédio do HPS, isso acarreta na demora de até 10 minutos para dar a partida para prestação de socorro, isso quando tem os

---

elevadores funcionando. Quando as equipes descem pelas escadarias, por falta do elevador, o tempo de demora é superior. Essa demora pode ser decisiva entre a vida e a morte do paciente, acentuando a angústia dos usuários envolvidos que aguardam a chegada de socorro, e prejudica a imagem da equipe e do serviço prestado pelo SAMU à comunidade.

“Ainda em relação ao SAMU, as ambulâncias são higienizadas, desinfetadas na sede na Av. Ipiranga, 3501, descartando os restos na rede fluvial, a qual sai direto para o arroio Ipiranga, ali são excluídos vírus e bactérias altamente contagiosos, como o *acinetobacter*, entre outros. Dia 29 de outubro de 2014.”

Eu falo, Ver. Cláudio Janta e Ver. Dr. Thiago, porque eu recebi, inclusive, várias ligações da imprensa perguntando sobre como este Vereador pensava e o que fazia. Eu respondi que a nossa Comissão de Saúde, que é comandada pelo Ver. Dr. Thiago, já esteve no Pronto Socorro, onde fizemos uma vistoria – junto com os outros Vereadores membros da Comissão de Saúde – e encaminhamos o caso. E eles perguntaram: “Mas vocês não vão fazer nada?” A imprensa está nos cobrando uma atitude em relação à Saúde do Município de Porto Alegre.

**O Sr. Dr. Thiago:** V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Mauro Pinheiro, é de extrema gravidade a situação que V. Exa. traz aqui. Realmente, preocupamos muito profundamente a situação do HPS e a situação do Hospital Presidente Vargas, que está com a sua Emergência e o seu 4º andar da pediatria fechados depois da operação inverno, inverno que nem existe mais em Porto Alegre; a questão da UTI neonatal parcialmente fechada, com cinco leitos fechados; a questão da UTI pediátrica, que tem mais leitos fechados do que leitos abertos.

Sem dúvida nenhuma, no HPS, além dessas condições trazidas por uma obra que perdura há mais de seis anos, o que nos preocupa profundamente é o clima de depressão que paira no ar por parte dos servidores. São servidores que estão desmotivados; são servidores que não estão vendo as suas experiências, a sua *expertise* técnica ressaltada e motivada, principalmente porque o HPS vem numa tônica de mudar a missão essencial do hospital. O HPS foi concebido na cidade de Porto Alegre há décadas para ser um hospital de pronto-socorro – entenda-se pronto-socorro um hospital que atende traumas e emergências clínicas também. E hoje a Direção do nosso querido HPS modifica a sua

---

essência para ser um hospital exclusivo de trauma. Porto Alegre, caso isso se efetive, será a única Cidade no mundo que terá dois hospitais específicos de trauma. E, certamente, os pacientes do Centro da Cidade, com emergências clínicas, AVCs, infartos, não terão um local para serem atendidos, porque o Hospital de Clínicas está em reforma – reforma justa e aprovada por esta Casa para ampliar em cinco vezes a sua capacidade –, mas, mesmo antes da reforma, ele tinha dificuldades. O Instituto de Cardiologia está sempre superlotado, e um paciente com uma emergência clínica, um AVC, um derrame, um infarto, uma embolia, no Centro da Cidade, não terá onde ser atendido. Então é muito importante esse seu pronunciamento e essas questões de condições de trabalho que V. Exa. traz para todos nós.

**O Sr. Cláudio Janta:** V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Mauro Pinheiro, agradeço pelo aparte. Só quero sugerir ao senhor que pegue essa denúncia e outras que nós temos e leve para o seu partido. Nós temos dez assinaturas para fazer a CPI da Saúde nesta Casa, e nos faltam assinaturas, faltam assinaturas do seu partido. Então, que o senhor leve à reunião do PT para sensibilizar os seus colegas a assinarem a CPI conosco. Essa situação do HPS perdura em várias Unidades Básicas de Saúde, nos pronto atendimentos e em todas as unidades de saúde que a Prefeitura de Porto Alegre administra. A Saúde em Porto Alegre está na UTI, e nós, Câmara de Vereadores de Porto Alegre, temos que dar uma satisfação ao povo, nós vimos que a única forma de fazer isso é a Câmara participando ativamente dessa área da Saúde.

**A Sra. Lourdes Sprenger:** V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Mauro Pinheiro, é importante que V. Exa. traga mais uma vez o tema saúde de Porto Alegre com todas essas denúncias, e não sei por que não são tomadas providências para minimizar ou solucionar o que mais temos constatado em nossas visitas. Certamente são necessárias providências maiores, e dependemos das assinaturas dos demais Vereadores.

**O SR. MAURO PINHEIRO:** Obrigado, Vereadores. Passaram-se dois meses, e o ar-condicionado estragado, e dizer que é por falta de um contrato, Ver. Cláudio Janta, Ver. Mario Fraga? Por que, numa gestão séria e consciente, já não foi renovado esse contrato

---

antes de terminar? Por que não fizeram um aditivo? Por que não fizeram uma nova licitação? Por que não fizeram um contrato emergencial? Como assim, a UTI de um hospital sem condições de atendimento?! Eu já vi a Secretaria da Saúde investir R\$ 1 milhão para um livro sem licitação! No entanto, a UTI de um hospital não é prioridade, Ver. Delegado Cleiton!

Tem mais ainda: na sexta-feira, tivemos novamente um problema na área da saúde em Porto Alegre. Primeiro, vou ler um manifesto de 2012: “Depois de admitir erro, Prefeito promete fim do ponto facultativo na Capital. Decisão pela folga aos servidores nesta sexta-feira ‘foi no automático’, disse José Fortunati. Após a série de transtornos no atendimento dos postos de saúde de Porto Alegre, nesta sexta-feira, o Prefeito José Fortunati admitiu o erro e garantiu que, até o final de sua gestão, não haverá mais pontos facultativos. Fortunati afirmou que o fechamento dos postos de saúde da Capital foi equivocado. O Prefeito explicou que já consultou o calendário do segundo semestre e prometeu que, até o fim do ano, não irá decretar novamente a medida. [Disse ele na época]: ‘Estava em São Paulo discutindo o metrô quando recebi a informação de que o Governo do Estado tinha decretado ponto facultativo na sexta. Segundo a lógica que sempre seguimos, se o Governo Estadual está decretando, nós vamos seguir. Foi no automático’. Questionado sobre o que tinha a dizer à população prejudicada pela falta de atendimento nos postos de saúde da Capital, Fortunati foi sucinto: ‘Só posso pedir desculpas’”. Isso é de 2012.

Já os jornais desta semana dizem o seguinte: “Postos fechados por ponto facultativo pegam usuários de surpresa em Porto Alegre. Secretaria da Saúde estima que 60 a 80 pessoas não foram avisadas sobre remarcação de consultas”. Ou seja, o mesmo erro de 2012 aconteceu em 2014. O Prefeito vai pedir desculpas de novo, ou vamos ter gestão na cidade de Porto Alegre? São inadmissíveis falhas do mesmo gênero, simultaneamente, todos os anos, todo o tempo: não tem ar-condicionado na UTI do HPS há mais de 60 dias! Os postos de saúde fecharam na sexta-feira, e os usuários não foram avisados! Nós estamos brincando, Ver. Dr. Raul, com a saúde do município de Porto Alegre! É inadmissível a forma como está sendo gerida a cidade de Porto Alegre e a saúde do nosso Município! E a responsabilidade é do Prefeito José Fortunati, Ver. Mario Fraga! Essa questão tem que ter um resultado. O Ver. Dr. Thiago é o Presidente da Comissão de Saúde, eu sou o Vice-Presidente e passei o final de semana dando explicações, como

---

pág. 54

---

Vereador da Cidade. Acho que está chegando a hora de o Prefeito Fortunati responder o que pretende para a saúde do Município de Porto Alegre. Não dá mais! Precisamos dar um basta à falta de gestão no Município principalmente na área da saúde! É inadmissível a forma como estão sendo tratados os usuários da saúde no Município de Porto Alegre! Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Delegado Cleiton assume a presidência dos trabalhos.)

**O SR. PRESIDENTE (Delegado Cleiton):** O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra em Grande Expediente, por cedência de tempo do Ver. Tarciso Flecha Negra.

**O SR. REGINALDO PUJOL:** Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, venho à tribuna de certa forma constrangido por vir num dia em que estivemos discutindo de tudo um pouco e, na hora de votar as matérias, não termos quórum para votar. Este constrangimento é em nome do poder; eu, pessoalmente, não sinto dificuldade nenhuma, porque a Casa é testemunha de que sou um dos primeiros a chegar e um dos últimos a sair. Não tenho que ditar regras de comportamento para quem quer que seja, mas, lamentavelmente, eu previ que estávamos discutindo muito e que, no fim, não haveria quórum para votarmos os projetos, como efetivamente ocorreu.

Agradeço ao Ver. Tarciso por me ter propiciado a oportunidade de utilizar este período de Grande Expediente para uma manifestação mais profunda.

Hoje, entre as várias discussões que a Casa acompanhou, houve manifestações de repúdio, trazidas por escrito, a um grupo de pessoas que estariam pregando a volta da ditadura militar ou coisa do gênero. O Ver. Janta, numa manifestação extremamente consequente, colocou muito bem que eventuais falhas da democracia brasileira, eventuais inverdades eleitorais que as urnas possam ter carregado não transformam a democracia em algo desprezível, muito pelo contrário. E eu afirmo que a democracia ainda continua o melhor sistema que os cidadãos livres podem imaginar para a sua vida. É lógico que há uma grande frustração neste País, porque, de certa maneira, se olharmos o que as urnas expressaram, a Presidente Dilma é reconduzida à Presidência da República por menos de 40% do eleitorado brasileiro. E isso decorre porque mais de 20% se abstiveram de

---

votar, também houve mais de 5% de votos brancos e nulos, o que fez com que, no mínimo, um entre quatro brasileiros lavasse as mãos no processo e, com isso, transferisse para o restante da população a responsabilidade de decidir os destinos do País.

Eu, assim como o Ver. Janta e vários outros Vereadores desta Casa, lutamos até o derradeiro momento para ver terminado esse período ingrato, para este País não estar na mão desses desmandos que aqui ocorrem. Mas muitos que tinham que nos acompanhar, que normalmente nos insuflam para a tomada de posições, foram viajar para outro lugar e nos deixaram discutindo sozinhos. Não é possível que, numa decisão de 2º turno, em que duas alternativas bem opostas são colocadas, exista essa quantidade enorme de abstenções e esse número expressivo de votos nulos e brancos.

Por isso, Sr. Presidente, quero dizer que eu vi a manifestação do PT por escrito dizendo que aqui se queria restabelecer a ditadura militar, mas, depois, ao ler os jornais, vi que não é nada disso. Há pessoas que foram às ruas, no seu direito legítimo, querendo auditoria nas urnas eletrônicas porque há informações dos mais diversos recantos do País alegando a possibilidade de que tenha havido fraude eleitoral. Essa é outra situação. Eu, honestamente, Ver.<sup>a</sup> Lourdes, como joguei o jogo jogado, participei da eleição, aceitei que ela fosse decidida através do voto colocado na urna eletrônica, não é agora que eu perdi que vou sair a reclamar da urna. Se a urna valeu para eleger o Governador de São Paulo, com a astronômica votação que o elegeu, se valeu para eleger o Governador Sartori, com a estrondosa votação que recebeu aqui no Estado, ela tem que valer sempre. É do jogo, é assim, é essa a urna. Se ela tem defeitos, se ela permite manipulação, tem que demonstrar tecnicamente, e vamos impugnar por antecipação, e, no próximo pleito, quando houver o pleito municipal, tem que votar com papelzinho, não tem mais a urna, Ver. Márcio. É esta a colocação que faço.

De resto, acho que não podemos mais continuar nesta história de querer enganar das mais diferentes formas o eleitorado brasileiro. Os últimos dias que antecederam a eleição foram um cipoal interminável de anúncio de novas obras, de anúncios de novos procedimentos, procedimentos aguardados há mais de 10, 15 anos. Agora é anunciado: “Vai iniciar a segunda ponte do Guaíba”. Aqui, hoje, a Zero Hora – que o PT não vai mais ter coragem de dizer que é porta-voz do antipetismo, porque jogou muito claramente do outro lado nesta eleição, jogou, e fizeram bem, era posição de vários dos seus

---

protagonistas – fala: “Infraestrutura/ERS-118: As pedras no caminho da duplicação”. Faz 20 anos, e metade da obra não foi realizada. Vinte anos! Porto Alegre também anda tendo uns pecadinhos aí. E acho que nós, Ver. Mario Fraga, que defendemos o Governo Fortunati, precisamos ter um esclarecimento mais convincente, porque não consigo mais explicar por que tanta obra está parada aqui na cidade de Porto Alegre. Alguma coisa está errada, e os erros a gente tem que admitir e procurar corrigir. Mas o que eu não posso é, meu caro Vereador-Presidente, aceitar como natural esta circunstância: promete tudo o que bem entende na véspera da eleição e depois não faz nada, fica tudo por isso mesmo. E aí eu fico desautorizado a cobrar das pessoas que não vão votar. Eles dizem que não adianta votar porque os políticos não cumprem – essa é a expressão que mais ouço daqueles que anulam voto – o que prometem.

Então, quero dizer a todos que o desespero que toma conta hoje de grande parcela da população, irresignada, inconformada com a decisão das urnas, que nos foi desfavorável, só pode levar para uma posição, e eu quero convocar aqueles que estão irresignados como eu a, democraticamente, assumir a posição da resistência. Não pode ser oposição só na véspera da eleição, nós temos que ter posição durante todo o período, a partir do primeiro momento. Aliás, a Câmara dos Deputados já fez uma manifestação, muito bem tomada, repudiando, Ver. Cláudio Janta, a tentativa de tornar este País numa Venezuela, numa Bolívia ou coisa semelhante, evitando, dessa forma, uma das hipóteses que V. Exa. salientou no seu discurso: não queremos que nem a esquerda, nem a direita atrapalhe o processo de sedimentação da democracia, que pode ter falhas – eu acho que as tem -, mas, dessa forma, pode-se eliminar suas características positivas.

É por isso, Sr. Presidente, que eu quero da tribuna lamentar que o PT não esteja aqui. O PT trouxe uma manifestação contrária às pessoas que foram reclamar, que querem auditoria das urnas, posição com a qual eu não concordo, acho que essa urna tem que ser auditada, mas não na eleição que já foi, mas para a próxima eleição que virá. Porque, senão, é querer ressuscitar o defunto. Perdemos a eleição, temos que respeitar a vontade das urnas. Quem participou tem que respeitar; agora, aqueles que não participaram não têm nem o direito de reclamar, os omissos. Muita gente que hoje está brava, no dia da eleição, não estava aí, tinha ido passear. Eu estou irresignado e, por estar irresignado, quero dizer que o meu partido haverá de ser um partido de oposição responsável, transparente e sincera. Se não o for, não será mais o meu partido. Acho que as urnas

---

definem muito bem: quem governa é responsável pelo Governo; quem não governa, quem foi repellido pelas urnas, tem que tomar, concretamente, a postura de oposição.

**O Sr. Cláudio Janta:** V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Reginaldo Pujol, eu acho que o povo tem que ir às ruas, principalmente pedir auditoria na Petrobras, em Furnas, em Itaipu, nos Correios – os funcionários foram usados para panfletar, para entregar. Acho que o povo tem que ir às ruas, exigir a baixa dos juros; exigir, principalmente, prestações de contas; o cumprimento das promessas, principalmente; a transposição de águas do São Francisco e a conclusão das obras essenciais, principalmente, e a Presidente Dilma disse que Porto Alegre tem metrô metropolitano. Então, nós esperamos ter o metrô de Porto Alegre até o final do ano que vem, porque até agora a gente não tem esse metrô que ela disse, em debate eleitoral, que nós tínhamos. Eu acho que, em função disso, temos que ir para a rua, exigir o cumprimento de promessas eleitorais e, principalmente, o esclarecimento dos roubos no País e nas nossas empresas públicas.

**O SR. REGINALDO PUJOL:** Muito obrigado, Ver. Janta, V. Exa. contribui objetivamente com o meu pronunciamento. O fato de que nós, resignadamente, estamos aceitando o resultado das urnas não nos impede; pelo contrário, nos autoriza a cobrar, e cobrar fortemente, os gestos políticos que ocorreram durante o período pré-eleitoral, o trabalho de enganação da população brasileira desenvolvido de Sul à Norte. Não dá para culpar os nordestinos exclusivamente não, há muito nordestino que resistiu e resistiu bem. A coisa aconteceu em Minas Gerais, o medo de perder o Bolsa Família tem em todo este Brasil, não é só no Nordeste, é que no Nordeste tem maior quantidade, pelas dificuldades que o povo nordestino tem vivido. Então, acho que o Ver. Janta foi muito feliz no seu aparte. Vamos pedir uma auditoria na urna eletrônica para ver se ela é realmente útil, correta, transparente e consequente para a próxima eleição; para a que ocorreu é chorar o leite derramado.

Paralelamente, vamos ter que ir ao aprofundamento da análise das consequências do grande escândalo, o maior escândalo da história político-econômica deste País que é o escândalo da Eletrobrás. Maior que o Mensalão! Muito maior! Cada um que pega a delação premiada entrega mais fatos. Soube até que o doleiro teve certo piripaque, quase

---

que coincidentemente com o momento em que ele ia identificar o nome dos proprietários das contas que recebiam as propinas: os intermediários. E, aí, é de matar qualquer doleiro, aí não pode deixar falar. Se deixar, cai a casa. Eu não quero que a casa caia por *impeachment* ou qualquer outra situação. Estou resignado, vou sofrer quatro anos. E, daqui a quatro anos, eu retomo a luta na maior intensidade possível para fazer com que esse período absolutamente nefasto da vida político-econômico-social do País termine.

Chega de mentir para o povo! Este povo é crédulo, deu mais uma oportunidade àqueles que compõem o Governo da Presidente Dilma, que não é só o PT: é o PT e seus cúmplices. É raro o partido brasileiro que não tenha algum grau de cumplicidade. Vereador, o seu Partido, lamentavelmente, tem grande cumplicidade nesse processo, mas todos têm que ser cobrados agora, com dureza, com firmeza. Vamos pagar perante a opinião pública a promessa feita e a realização da mais profunda auditoria que o Janta propôs: na Petrobras, na Eletrobrás, nos bancos – sim, nos bancos, por que não? –, especialmente nos bancos que financiam obras das grandes empreiteiras fora do País, onde é mais fácil fazer movimentação dos recursos e a devolução para as fontes que terão de ser ressarcidas... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

Concluo, Sr. Presidente, dizendo que o remédio é a resistência democrática, acreditando que as instituições podem ser, em determinados momentos, responsáveis por uma mentira democrática, que foi essa que 78% da população manteve esse quadro negativo. Omissão de uns; falta de competência de outros; a luta continua! Resistência democrática é a minha receita! Não quero golpe, vou para a oposição, em que tenho estado ultimamente e irei com a firmeza de quem quer um Brasil socialmente justo, economicamente livre, politicamente desenvolvido e culturalmente administrado no sentido do bem-estar social de toda essa boa gente: do Nordeste, do Sul, do Sudeste, do Centro-Oeste, do Norte, do Brasil brasileiro.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Delegado Cleiton):** Vereador, quero dizer lhe que eleição é assim: quem tem mais voto assume e governa para todos. É simples. Chama-se isso de democracia. É simples, eu entendo assim.

---

Eu quero saudar aqui o meu amigo e grande guerreiro, Sr. Nilo Alberto Feijó, representante do nosso clube e território Satélite Prontidão.

O Ver. Mário Fraga está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**O SR. MARIO FRAGA:** Sr. Presidente, Ver. Delegado Cleiton; Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, público nas galerias e público que nos assiste pela TV Câmara, nesta hora, depois de todo o dia trabalhado, vêm alguns assuntos. E o Ver. Reginaldo Pujol foi muito feliz ao usar do seu tempo de Grande Expediente aqui, mas não deu tempo de falar da grande notícia. Eu sei que as eleições são importantíssimas para nós – para mim, para V. Exa., com certeza, e para os demais Vereadores.

Veja a coincidência: o Ver. Roni da Casa da Sopa está aqui, o que para nós, juntos, representa a Restinga tanto quanto o Vereador para o Reginaldo Pujol. Pois veja bem, Ver. Roni, na quarta-feira, as lotações estarão na Restinga e, na sexta-feira, começarão a trabalhar lá; e, para a nossa felicidade, em Belém Novo, também. É uma luta deste Vereador que começou em 1995, Ver. Cláudio Janta, veja como são nossas lutas, e do Ver. Reginaldo Pujol, que a iniciou muito antes de eu chegar aqui.

Então, neste momento, nós conseguimos dizer que o Ver. Pujol traz um discurso – eu lembro do convite que o Prefeito Fortunati nos traz para a nossa Cidade, em especial, Roni, para nós lá do Extremo-Sul. Quando dizemos que moramos na Zona Sul, não é verdade, nós moramos no Extremo-Sul: V. Exa., na Restinga; e eu, em Belém Novo. E, para a nossa felicidade, as lotações estarão, na quarta-feira, no bairro Restinga e no bairro Belém Novo e, se Deus quiser, na sexta-feira, começam a operar nesses dois bairros. Uma luta de muito tempo, não só desses Vereadores de que eu falei, outros Vereadores entraram aqui e começaram a nos ajudar – e ajudaram muito. O Luciano Marcantônio, que hoje não está aqui conosco, foi um dos que coordenou bastante as reuniões, junto com o Cappellari, até sair, finalmente, o edital dos lotações, o qual o Delegado Cleiton, quando presidente da CUTHAB, cobrou diversas vezes.

Então, é um grande fato para a nossa Cidade – Jorge Fraga, nosso amigo, que conhece tão bem a nossa luta – e para todos os Vereadores, porque não há um Vereador que não vá a Belém Novo e muito menos Vereador que não vá à Restinga. Então, eu trago esta notícia, e todos estão convidados a se fazerem presentes na quarta-feira, às 10h, na Restinga, e às 11h, em Belém Novo. E, se Deus quiser, na sexta-feira, começa a

---

operação. Para quem não sabe, às 5h54min da manhã, sairá o primeiro lotação da Restinga e o primeiro lotação de Belém Novo. Fica este aviso.

Dou, mais uma vez, parabéns ao Prefeito José Fortunati, sim, ao Ver. Sebastião Melo, como Vice-Prefeito, que trabalhou bastante, e, em especial, ao Vanderlei Cappellari, que nos aturou, discutindo, discutindo e fazendo reuniões e mais reuniões, tentando demover, algumas vezes, o Ver. Comassetto, e, outras vezes, o Ver. Comassetto falando. E eu não faço injustiça para ninguém, o Ver. Engº Comassetto também participou desse processo. E, ao cabo e ao fim, graças a Deus, para todos nós, o lotação vai beneficiar toda a população, toda a comunidade, vem de Belém Novo e vai pegando gente até o Centro, pela Tristeza; e vem da Restinga, pegando pessoas pela Av. da Azenha, principalmente, na Carlos Barbosa. Então, fica o lembrete para a próxima quarta-feira.

Gostaria, também, de falar sobre o Miguel Velásquez. Eu e a ex-Vereadora Maria Celeste, que foi presidente da CEDECONDH, trabalhamos muito com ele na Comissão. Ele trabalhou muito com a Ver.<sup>a</sup> Maria Celeste e todo o grupo, tratando dos direitos humanos, em especial das crianças e adolescentes. E, também, quero parabenizar o Ver. Pedro Ruas, que fez uma justa homenagem aos servidores do Poder Judiciário e do Ministério Público, que hoje esteve representado aqui pelo Dr. Eduardo da Veiga Lima, sumidade nessa área. Deixo os meus parabéns ao Ver. Pedro Ruas e ao Ver. Nereu D'Ávila, que infelizmente não esteve presente, mas que proporcionou esta justa homenagem na Casa. Uma homenagem que pode parecer singela, mas torna-se um fato, e hoje o fato do dia foi a homenagem ao Dr. Miguel Velásquez. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**O SR. PRESIDENTE (Delegado Cleiton):** Não há mais inscritos. Estão encerrados os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 18h25min.)